

Secretaria Estadual de Saúde - RIO GRANDE DO SUL

CNPJ: 87.958.625/0001-49

Telefone: (51) 3288-5965 - E-mail: planejamento@saude.rs.gov.br

RIO GRANDE DO SUL - RS

**RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR - RDQA**  
**PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL - 1º QUADRIMESTRE DE 2017**

**1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE QUE ELABOROU O RELATÓRIO**

**Nome:** João Gabbardo dos Reis

**Data da Posse:** 01/01/2015

**1.2 PLANO DE SAÚDE**

**O Estado/Município tem Plano de Saúde?** SIM

**Período a que se refere o Plano:** 2016 à 2019

**Status:** Aprovado

**Data de entrega no Conselho de Saúde** 12/08/2016

**Introdução - Considerações Iniciais**

A Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS) apresenta o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 1º Quadrimestre de 2017 (janeiro a abril) relativo às ações e serviços de saúde do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o artigo nº 36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Relatório Detalhado de Prestação de Contas passou a ser quadrimestral e deve ser elaborado de acordo com modelo padronizado e aprovado pela Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O Relatório foi organizado de acordo com o elenco de informações previstas na Resolução supracitada e pretende ser um documento sintético e objetivo - a fim de facilitar a compreensão dos dados, atendendo também à solicitação do Conselho Estadual de Saúde (CES).

Em virtude dos problemas apresentados pelo Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS), gerenciado pelo Ministério da Saúde, algumas informações só puderam ser disponibilizadas em arquivos anexos. A apresentação está organizada da seguinte forma:

- Informações sobre Auditorias (Anexo 1);

- Oferta e produção de serviços, contemplando:

a) Dados dos serviços existentes no Estado oriundos do Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), evidenciando o quantitativo, o tipo de estabelecimento, o tipo de gestão e a natureza jurídica;

b) Dados de produção de serviços oriundos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do DATASUS, e de sistemas de informação da SES/RS (Anexo 2);

c) Indicadores passíveis de apuração quadrimestral da Pactuação Interfederativa 2017-2021 (Anexo 3).  
Salienta-se que, tanto os resultados de produção dos serviços quanto os dos indicadores passíveis de apuração quadrimestral são preliminares. Tal situação ocorre em virtude da forma de contabilização dos dados de produção, que são regidos pelo Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Estes sistemas registram a produção, que pode sofrer alterações até quatro (4) meses após a data de realização dos procedimentos ambulatoriais e até seis (6) meses após a data de alta da internação. E os dados de investigação dos óbitos infantis e fetais, maternos, e de mulheres em idade fértil que somente se encerram com o fechamento anual da base de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) nacional; dentre outras especificidades de outros indicadores.

**2. Montante e fonte de recursos aplicados no período (Fonte: SIOPS)**

**2.1 Relatório resumido de execução orçamentária - RREO**

RECEITA PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	37.624.733.205,00	37.624.733.205,00	13.050.136.361,58	34,68

RECEITA PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a) x 100
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	381.700.556,00	381.700.556,00	107.656.869,60	28,20
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	31.689.321.901,00	31.689.321.901,00	10.447.303.240,05	32,97
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.500.076.270,00	2.500.076.270,00	1.481.259.259,35	59,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.201.354.476,00	2.201.354.476,00	739.265.391,14	33,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	224.720.537,00	224.720.537,00	84.677.351,15	37,68
Dívida Ativa dos Impostos	316.685.135,00	316.685.135,00	109.857.173,27	34,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	310.874.330,00	310.874.330,00	80.117.077,02	25,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.556.352.968,00	2.556.352.968,00	881.827.014,65	34,50
Cota-Parte FPE	1.906.391.038,00	1.906.391.038,00	686.312.210,46	36,00
Cota-Parte IPI-Exportação	503.061.702,00	503.061.702,00	146.548.061,67	29,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	146.900.228,00	146.900.228,00	48.966.742,52	33,33
Desoneração ICMS (LC 87/96)	146.900.228,00	146.900.228,00	48.966.742,52	33,33
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	9.477.302.304,00	9.477.302.304,00	3.443.149.411,11	36,33
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	8.041.656.470,00	8.041.656.470,00	2.647.969.623,35	32,93
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	1.309.880.409,00	1.309.880.409,00	758.543.442,35	57,91
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	125.765.425,00	125.765.425,00	36.636.345,41	29,13
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	30.703.783.869,00	30.703.783.869,00	10.488.813.965,12	34,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	776.912.915,00	776.912.915,00	262.343.022,82	33,77
Provenientes da União	769.387.250,00	769.387.250,00	259.699.209,25	33,75
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	7.525.665,00	7.525.665,00	2.643.813,57	35,13
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	776.912.915,00	776.912.915,00	262.343.022,82	33,77

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Quadrimestre (g)	% (g/e) x 100

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Quadrimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.419.004.394,09	4.466.158.998,75	1.495.587.974,39	33,49	1.357.793.238,01	30,40
Pessoal e Encargos Sociais	1.354.535.502,30	1.370.985.502,30	402.424.127,26	29,35	402.214.428,53	29,34
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.064.468.891,79	3.095.173.496,45	1.093.163.847,13	35,32	955.578.809,48	30,87
DESPESAS DE CAPITAL	62.167.179,04	71.923.341,64	4.506.348,97	6,27	2.417.129,58	3,36
Investimentos	62.160.679,04	69.576.841,64	4.170.361,29	5,99	2.081.141,90	2,99
Inversões Financeiras	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	6.500,00	346.500,00	335.987,68	96,97	335.987,68	96,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	4.481.171.573,13	4.538.082.340,39	1.500.094.323,36	33,06	1.360.210.367,59	29,97

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Quadrimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		270.527.519,98	18,03	259.679.311,86	19,09
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		262.527.860,57	17,50	253.453.818,16	18,63
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		7.999.659,41	0,53	6.225.493,70	0,46
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)		N/A	270.527.519,98	18,03	259.679.311,86	19,09

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V - VI) = (V - VI)		N/A	1.229.566.803,38	81,96	1.100.531.055,73	80,91
---	--	-----	------------------	-------	------------------	-------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VIIh / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12% 4 E 5</b>	<b>VALOR</b>
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%)=(VIII / IVB X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12% 4 E 5	10,49

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIII-(12*IVb)/100)]6</b>	<b>VALOR</b>
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIIi - (12 x IVb)/100]6	-158.126.620,08

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADO S/ PRESCRITO	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	11.635.987,00	638.244,00	78.219,00	10.919.524,00	0,00
Inscritos em 2013	45.841.648,00	5.906.739,00	26.885.078,00	13.049.831,00	0,00
Inscritos em 2012	15.086.159,00	509.480,00	0,00	14.576.679,00	15.086.159,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.563.794,00</b>	<b>7.054.463,00</b>	<b>26.963.297,00</b>	<b>38.546.035,00</b>	<b>15.086.159,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadadas no exercício de referência(I)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	509.479,87	0,00	509.479,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
<b>Total (IX)</b>	<b>509.479,87</b>	<b>0,00</b>	<b>509.479,87</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		RECEITAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (l)	% (l/total l)x100	Até o Quadrimestre (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	257.838.485,90	253.201.635,90	93.298.812,33	6,22	92.802.102,84	6,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.495.261.493,14	2.521.933.098,03	854.831.938,01	56,99	776.857.683,34	57,11
Suporte Profilático e Terapêutico	225.910.005,00	212.768.998,83	113.139.571,31	7,54	61.770.417,88	4,54
Vigilância Sanitária	5.621.885,00	10.005.888,00	1.259.951,13	0,08	694.141,84	0,05
Vigilância Epidemiológica	12.656.663,00	14.427.637,25	1.567.971,53	0,10	1.266.186,67	0,09
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.483.879.862,09	1.525.745.082,38	435.996.079,05	29,06	426.819.835,02	31,38
TOTAL	4.481.168.394,13	4.538.082.340,39	1.500.094.323,36	100,00	1.360.210.367,59	100,00

### Análise e Considerações Gerais

No ano de 2017, no 1º quadrimestre, o Estado do Rio Grande do Sul aplicou o percentual de 10,49% em ações e serviços públicos de saúde, considerando a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais.

## 2.2 Relatório da execução financeira por bloco de financiamento (Fonte: SIOPS)

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municípios										
Atenção básica	0,00	0,00		0,00	0,00	29.592,63	614.311,00	2.705,76	2.705,76	2.480,28	0,00	938.386,20	963.937,51
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00		0,00	0,00	1.710,54	9.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.938,80	139.649,34

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municípios										
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00		0,00	0,00	27.882,09	604.808,00	2.705,76	2.705,76	2.480,28	0,00	800.447,40	824.288,17
Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00		0,00	0,00	7.475,70	21.284,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.889,30	215.365,00
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00		0,00	0,00	18.659,51	517.585,00	2.705,76	2.705,76	2.480,28	0,00	514.550,00	530.729,23
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	0,00		0,00	0,00	1.746,88	65.939,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.008,10	78.193,94
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	243.702.326,96	0,00		0,00	0,00	250.793.361,22	724.156.241,01	251.061.104,27	250.692.299,35	250.086.289,73	0,00	7.790.372,78	6.978.219,01
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	219.898.329,28	0,00		0,00	0,00	226.957.185,62	656.115.843,11	227.558.811,80	227.190.929,81	226.638.828,13	0,00	3.073.895,35	1.944.039,94
Teto financeiro	219.043.929,28	0,00		0,00	0,00	226.036.290,06	653.358.433,11	225.862.509,91	225.862.470,92	225.346.694,40	0,00	0,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	694.400,00	0,00		0,00	0,00	733.988,75	2.203.700,00	1.426.305,30	1.109.505,30	1.109.505,31	0,00	1.769.475,10	1.392.428,54
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	160.000,00	0,00		0,00	0,00	186.906,81	553.710,00	269.996,59	218.953,59	182.628,42	0,00	1.304.420,25	551.611,40
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	1.264.722,75	0,00		0,00	0,00	23.836.175,60	68.040.397,90	23.502.292,47	23.501.369,54	23.447.461,60	0,00	3.434.656,66	3.752.358,30
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complex.	200.000,00	0,00		0,00	0,00	232.177,92	759.628,00	243.690,78	242.771,86	242.156,90	0,00	1.149.077,64	1.139.098,66
Transplantes - Outros	1.064.722,75	0,00		0,00	0,00	1.064.722,75	3.034.882,79	1.049.142,72	1.049.142,54	1.046.582,82	0,00	47.626,65	62.563,38
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	22.539.274,93	0,00		0,00	0,00	22.539.274,93	64.245.887,11	22.209.458,97	22.209.455,14	22.158.721,88	0,00	2.237.952,37	2.550.696,26
Vigilância em Saúde	5.782.027,91	0,00		0,00	0,00	8.941.470,77	29.421.269,00	1.825.780,05	1.227.547,41	1.218.690,52	0,00	65.332.413,42	69.612.982,88
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	4.510.454,24	0,00		0,00	0,00	7.270.418,67	17.996.877,00	1.692.038,45	1.102.193,81	1.095.919,80	0,00	40.032.766,66	43.111.246,39
Vigilância Sanitária	1.271.573,67	0,00		0,00	0,00	1.671.052,10	11.424.392,00	133.741,60	125.353,60	122.770,72	0,00	25.299.646,76	26.501.736,49
Assistência Farmacêutica	5.602.345,32	0,00		0,00	0,00	5.911.887,21	20.887.144,00	8.236.238,76	143.171,91	50.133,23	0,00	10.837.482,90	11.149.980,84
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	5.602.345,32	0,00		0,00	0,00	5.911.887,21	20.887.144,00	8.236.238,76	143.171,91	50.133,23	0,00	10.837.482,90	11.149.980,84
Gestão do SUS	417.000,00	0,00		0,00	0,00	807.987,91	9.596.683,05	162.164,38	148.226,38	139.659,01	0,00	29.755.647,00	29.745.857,31
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00		0,00	0,00	308.788,95	7.588.606,00	132.631,22	118.693,22	117.463,31	0,00	27.108.577,78	26.661.724,83
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	417.000,00	0,00		0,00	0,00	499.198,96	2.008.077,05	29.533,16	29.533,16	22.195,70	0,00	2.647.069,22	3.084.132,48
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	0,00	0,00		0,00	0,00	253.569,89	6.174.766,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.362.467,84	8.616.037,53
Convênios	0,00	0,00		0,00	0,00	349.949,85	11.336.073,84	1.239.867,35	1.239.867,35	1.239.867,35	0,00	42.407.742,15	40.941.828,27
Serviços de Saúde	4.195.509,06	0,00		0,00	0,00	4.485.556,76	8.503.833,00	37.309,48	21.429,48	21.429,48	0,00	45.203.702,79	49.564.211,74
Outras	0,00	0,00		0,00	0,00	1.646.291.170,01	3.727.392.019,49	1.237.529.153,31	1.106.735.119,95	782.654.294,67	0,00	0,00	479.542.377,00
Atenção básica	0,00	0,00		0,00	0,00	29.592,63	614.311,00	2.705,76	2.705,76	2.480,28	0,00	938.386,20	963.937,51
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00		0,00	0,00	1.710,54	9.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.938,80	139.649,34
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00		0,00	0,00	27.882,09	604.808,00	2.705,76	2.705,76	2.480,28	0,00	800.447,40	824.288,17
Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00		0,00	0,00	7.475,70	21.284,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207.889,30	215.365,00
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00		0,00	0,00	18.659,51	517.585,00	2.705,76	2.705,76	2.480,28	0,00	514.550,00	530.729,23
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	0,00	0,00		0,00	0,00	1.746,88	65.939,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.008,10	78.193,94
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	243.702.326,96	0,00		0,00	0,00	250.793.361,22	724.156.241,01	251.061.104,27	250.692.299,35	250.086.289,73	0,00	7.790.372,78	6.978.219,01
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	219.898.329,28	0,00		0,00	0,00	226.957.185,62	656.115.843,11	227.558.811,80	227.190.929,81	226.638.828,13	0,00	3.073.895,35	1.944.039,94
Teto financeiro	219.043.929,28	0,00		0,00	0,00	226.036.290,06	653.358.433,11	225.862.509,91	225.862.470,92	225.346.694,40	0,00	0,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	694.400,00	0,00		0,00	0,00	733.988,75	2.203.700,00	1.426.305,30	1.109.505,30	1.109.505,31	0,00	1.769.475,10	1.392.428,54

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municípios										
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	160.000,00	0,00		0,00	0,00	186.906,81	553.710,00	269.996,59	218.953,59	182.628,42	0,00	1.304.420,25	551.611,40
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	1.264.722,75	0,00		0,00	0,00	23.836.175,60	68.040.397,90	23.502.292,47	23.501.369,54	23.447.461,60	0,00	3.434.656,66	3.752.358,30
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complex.	200.000,00	0,00		0,00	0,00	232.177,92	759.628,00	243.690,78	242.771,86	242.156,90	0,00	1.149.077,64	1.139.098,66
Transplantes - Outros	1.064.722,75	0,00		0,00	0,00	1.064.722,75	3.034.882,79	1.049.142,72	1.049.142,54	1.046.582,82	0,00	47.626,65	62.563,38
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	22.539.274,93	0,00		0,00	0,00	22.539.274,93	64.245.887,11	22.209.458,97	22.209.455,14	22.158.721,88	0,00	2.237.952,37	2.550.696,26
Vigilância em Saúde	5.782.027,91	0,00		0,00	0,00	8.941.470,77	29.421.269,00	1.825.780,05	1.227.547,41	1.218.690,52	0,00	65.332.413,42	69.612.982,88
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	4.510.454,24	0,00		0,00	0,00	7.270.418,67	17.996.877,00	1.692.038,45	1.102.193,81	1.095.919,80	0,00	40.032.766,66	43.111.246,39
Vigilância Sanitária	1.271.573,67	0,00		0,00	0,00	1.671.052,10	11.424.392,00	133.741,60	125.353,60	122.770,72	0,00	25.299.646,76	26.501.736,49
Assistência Farmacêutica	5.602.345,32	0,00		0,00	0,00	5.911.887,21	20.887.144,00	8.236.238,76	143.171,91	50.133,23	0,00	10.837.482,90	11.149.980,84
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	5.602.345,32	0,00		0,00	0,00	5.911.887,21	20.887.144,00	8.236.238,76	143.171,91	50.133,23	0,00	10.837.482,90	11.149.980,84
Gestão do SUS	417.000,00	0,00		0,00	0,00	807.987,91	9.596.683,05	162.164,38	148.226,38	139.659,01	0,00	29.755.647,00	29.745.857,31
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00		0,00	0,00	308.788,95	7.588.606,00	132.631,22	118.693,22	117.463,31	0,00	27.108.577,78	26.661.724,83
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	417.000,00	0,00		0,00	0,00	499.198,96	2.008.077,05	29.533,16	29.533,16	22.195,70	0,00	2.647.069,22	3.084.132,48
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	0,00	0,00		0,00	0,00	253.569,69	6.174.766,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.362.467,84	8.616.037,53
Convênios	0,00	0,00		0,00	0,00	349.949,85	11.336.073,84	1.239.867,35	1.239.867,35	1.239.867,35	0,00	42.407.742,15	40.941.828,27
Serviços de Saúde	4.195.509,06	0,00		0,00	0,00	4.485.556,76	8.503.833,00	37.309,48	21.429,48	21.429,48	0,00	45.203.702,79	49.564.211,74
Outras	0,00	0,00		0,00	0,00	1.646.291.170,01	3.727.392.019,49	1.237.529.153,31	1.106.735.119,95	782.654.294,67	0,00	0,00	479.542.377,00

### Análise e Considerações Gerais

No ano de 2017, no 1º quadrimestre, o Estado do Rio Grande do Sul aplicou o percentual de 10,49% em ações e serviços públicos de saúde, considerando a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais.

### 2.3 INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

INDICADORES		RESULTADO ATÉ O QUADRIMESTRE (%)
1.1	Participação % da receita de impostos na receita total do Município	51,20
1.2	Participação % das transferências intergovernamentais na receita total	14,66
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de	9,38
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de	98,99
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no	19,76
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências	101,51
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do	R\$120,52
2.2	Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	29,57
2.3	Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com	1,70
2.4	Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na	20,95

INDICADORES		RESULTADO ATÉ O QUADRIMESTRE (%)
2.5	Participação % da despesa com investimentos na despesa total com	0,15
2.10	SUBFUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	23,21
2.20	SUBFUNÇÕES VINCULADAS 68,62	0,00
2.21	Atenção Básica	6,82
2.22	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	57,11
2.23	Suporte Profilático e Terapêutico	4,54
2.24	Vigilância Sanitária	0,05
2.25	Vigilância Epidemiológica	0,09
2.26	Alimentação e Nutrição	0,00
2.30	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	8,17
3.1	% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do	19,29
3.2	% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	10,49

### Análise e Considerações

No ano de 2017, no 1º quadrimestre, o Estado do Rio Grande do Sul aplicou o percentual de 10,49% em ações e serviços públicos de saúde, considerando a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais.

## 3. Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações

### 3.1 AUDITORIAS REALIZADAS

<b>Demandante:</b>	-
<b>Órgão responsável pela</b>	-
<b>SISAUD/SUS:</b>	Não
<b>Nº da auditoria:</b>	999
<b>Finalidade da auditoria:</b>	999= Não se aplica
<b>Status da auditoria:</b>	Em Andamento
<b>*Unidade(s) auditada(s):</b>	Em anexo as auditorias realizadas no período.

### Recomendações

Em anexo as auditorias realizadas no período.

### Encaminhamentos



Em anexo as auditorias realizadas no período.

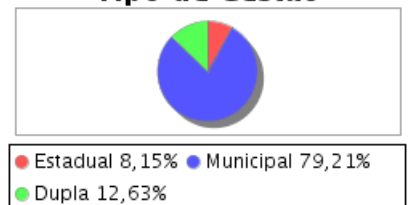
**4 - Oferta e produção de Serviços Públicos na Rede Assistencial própria contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.**

**4.1 RELATÓRIO TIPO DE ESTABELECIMENTO E TIPO DE ADMINISTRAÇÃO (FONTE: SCNES)**

**4.1.1 TIPO GESTÃO**

TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNICIPAL	ESTADUAL	DUPLA
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	517	474	19	24
CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL	6	4	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	14	12	2	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	5	3	1	1
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	25	25	0	0
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	11	8	3	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	201	177	7	17
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1894	1818	1	75
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	647	386	146	115
CONSULTORIO ISOLADO	237	222	7	8
FARMACIA	62	57	1	4
HOSPITAL ESPECIALIZADO	14	10	2	2
HOSPITAL GERAL	291	83	37	171
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	4	2	1	1
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	2	2	0	0
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	16	9	5	2
OFICINA ORTOPEDICA	2	2	0	0
POLICLINICA	249	72	41	136
POLO ACADEMIA DA SAUDE	151	150	0	1
POLO DE PREVENCAO DE DOENCAS E AGRAVOS E PROMOCAO DA SAUDE	4	4	0	0
POSTO DE SAUDE	695	687	0	8
PRONTO ATENDIMENTO	50	31	0	19
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	1	1	0	0
PRONTO SOCORRO GERAL	12	7	0	5

**Tipo de Gestão**

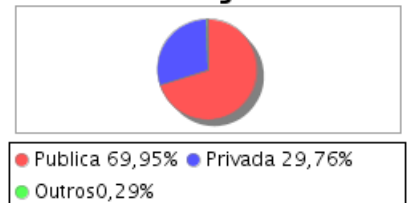


TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNICIPAL	ESTADUAL	DUPLA
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)	1	1	0	0
TELESSAUDE	1	1	0	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	1157	752	216	189
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	13	11	0	2
UNIDADE DE ATENCAO EM REGIME RESIDENCIAL	1	1	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	43	42	0	1
UNIDADE MISTA	17	5	0	12
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	242	151	50	41
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	1	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	63	56	2	5
Total	6649	5267	542	840

#### 4.1.2 NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNICIPAL	ESTADUAL	DUPLA
FEDERAL	15	13	0	2
ESTADUAL	67	14	47	6
MUNICIPAL	4569	3975	143	451
PRIVADA	1979	1258	348	373
OUTROS	19	7	4	8
Total	6649	5267	542	840

#### Natureza Jurídica



Justificativa da dupla gestão

## Análise e considerações

### 4.2.1 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

### 4.2.2 PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

### 4.2.3 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO

### 4.2.4 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

### 4.2.5 PRODUÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

### 4.2.6 PRODUÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

## Análise e Considerações

## 5. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

### Considerações Gerais

O Governo do Estado reconhece os avanços existentes no SUS, tais como a descentralização e regionalização das ações de saúde, da gestão e da execução dos serviços nos 497 municípios e sua composição nas 30 regiões de saúde. O SUS no Rio Grande do Sul engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de promoção, prevenção e atenção em saúde, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), o atendimento ambulatorial e os serviços hospitalares em múltiplas especialidades. Diante desse cenário, é importante considerar os objetivos descritos no Mapa Estratégico do Governo do Estado, cujas diretrizes servem para a formulação e execução de políticas públicas no Rio Grande do Sul. Neste documento, o tema da saúde é contemplado principalmente em dois eixos: o Eixo Econômico e o Eixo Social. No Eixo Econômico destaca-se o objetivo “Promover o desenvolvimento, buscando maior equilíbrio

entre as regiões do Rio Grande do Sul”, o que remete à relevância da regionalização em saúde. Já o Eixo Social trata de “Reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais” e a saúde aparece no primeiro objetivo, como seguinte texto: “Melhorar o acesso e a qualidade na promoção, prevenção e recuperação da saúde”. Ao considerar que a melhoria do acesso e da qualidade na prevenção e promoção da saúde é um dos objetivos estratégicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, reforça-se que a qualificação da atenção básica é uma das principais diretrizes de trabalho para a Secretaria Estadual da Saúde, sendo o norteador para a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no Estado.

Além disso, é importante ressaltar que a atenção secundária e terciária, o fortalecimento da vigilância em saúde, a garantia do acesso a consultas e exames, bem como a atenção à infância e à maternidade com qualidade são aspectos importantes na proposta de melhoria da saúde da população gaúcha, sendo metas constantes a serem alcançadas e concretizadas pela Gestão Estadual do SUS.

Devido a problemas no formulário apresentamos aqui as respectivas considerações - Justificativa da dupla gestão: Conforme o Manual do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) o termo Gestão identifica com qual gestor (estadual ou municipal) o estabelecimento tem contrato/convênio e quem é responsável pelo cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados ao SUS.

Estabelecimentos cadastrados como gestão dupla estão sob gestão estadual na prestação de serviços de média e alta complexidade, mas realizam também ações de atenção básica sob gestão municipal. - Análise e considerações: A rede de prestadores de serviços ao SUS, conforme dados gerados pelo SARGSUS, é constituída de 6.649 estabelecimentos de diferentes tipos. Considerando a natureza jurídica dos estabelecimentos aproximadamente 70% são públicos, incluindo-se os classificados como outros (associação pública) e 30% são privados. Considerando o tipo de gestão 79% dos estabelecimentos estão sob gestão municipal, 13% sob gestão dupla e 8% sob gestão estadual. Até a competência abril de 2017 um total de 145 municípios detinha a gestão de todos os estabelecimentos de saúde localizados em seus territórios e dentre estes, 62 municípios possuem estabelecimentos hospitalares. Outro grupo de 33 municípios detinha a gestão de todos os estabelecimentos ambulatoriais. Um terceiro grupo de 115 municípios detinha a gestão de um ou mais prestadores ambulatoriais.

Por fim, as ações relevantes realizadas pela SES/RS, no 1º quadrimestre de 2017 (janeiro a abril), as quais não foram contempladas na estrutura padrão do RDQA são apresentadas no Anexo 4.

## 6. STATUS DO RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE

### 6.1 Apresentação no Conselho

**Data de apresentação no Conselho de Saúde:** 31/05/2017

### 6.2 Solicitação de apresentação na Casa Legislativa

**Data de solicitação da Audiência Pública:** 31/05/2017

### 6.3 Apresentação na Casa Legislativa

**Data de apresentação na Casa Legislativa:** 31/05/2017

## 7. ARQUIVOS ANEXOS

Documento
Anexo 3 - Indicadores Quadrimestrais.pdf
Anexo 4 - Principais realizações.pdf
RelatorioQuadrimestral.pdf
Anexo 1 - Auditorias.pdf
Anexo 2 - Dados de Produção SIA e SIH.pdf

RIO GRANDE DO SUL - RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.



**SARGSUS - Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE

**Relatório Detalhado de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017**

Porto Alegre, 31 de maio de 2017

**Governador do Estado**

José Ivo Sartori

**Secretário de Estado da Saúde**

João Gabbardo dos Reis

**Secretário de Estado da Saúde Adjunto**

Francisco Antonio Zancan Paz

**Diretor Geral**

Francisco Bernd

**Presidente do Conselho Estadual da Saúde**

Claudio Augustin

**Assessoria Técnica e de Planejamento**

Aglaé Regina Silva

**Assessoria de Comunicação Social**

Andréa Pinto de Menezes

**Assessoria Jurídica**

Bruno Naundorf

**Fundo Estadual de Saúde**

Meriana Farid El Kek

**Coordenação da Auditoria Médica**

João Luiz Couto Anzanello

**Ouvidoria do SUS/RS**

Luana Gonçalves Gehres

**Departamento Administrativo**

Gilberto Gindri

**Escola de Saúde Pública**

Terezinha Valduga Cardoso

**Departamento de Ações em Saúde**

Elson Romeu Farias

**Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial**

Francisco Antonio Zancan Paz

**Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação**

Cristian Fabiano Guimarães

**Departamento de Regulação Estadual**

Elisabeth Loguercio Collares

**Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais**

Luiz Carlos Pinto Sobrinho

**Coordenação de Política da Assistência Farmacêutica**

Alexandre Silveira Nique

**Centro Estadual de Vigilância em Saúde**

Marilina Assunta Bercini

**Organização / Coordenação Técnica:**  
**Grupo de Trabalho Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão**  
**(GTPM&A/SES/RS)**

Adriane Kern - Coordenação de Auditoria Médica Estadual (CAME)  
André Luis Alves de Quevedo - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Anelise Hahn Bueno de Oliveira - Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)  
Beatriz Galvão - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Bernardo Paulino Sotero - Departamento de Ações em Saúde (DAS)  
Camila Guaranha - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Cândida Kirst Bergmann - Departamento de Ações em Saúde (DAS)  
Giliane Dorneles Guerin - Coordenação de Política da Assistência Farmacêutica (CPAF)  
Laura Minuzzi Kreutz - Coordenação de Política da Assistência Farmacêutica (CPAF)  
Constantino Marramarco - Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais (DCHE)  
Cristiane Fischer Achutti - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Cristina Schlottgen - Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)  
Danielle Pinheiro Müller - Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (DAHA)  
Diva Veronica Bartz de Ávila - Fundo Estadual de Saúde (FES)  
Edyane Cardoso Lopes - Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)  
Eduardo Viegas da Silva - Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)  
Élen Jiovana Oliveira da Rocha - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Flávia Cristina Schuck - Departamento de Regulação Estadual (DRE)  
Hemerson Menguer Bruschi - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Liane Belardinelli Prytoluk - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Luana Goncalves Gehres - Ouvidoria do SUS/RS  
Madalena Peixoto Paulino - Departamento Administrativo (DA)  
Maria Tereza Blanco - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)  
Neuza Rejane Zabiela - Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)  
Rarianne Carvalho Peruhype - Departamento de Ações em Saúde (DAS)  
Rita Mara Chagas Ribeiro - Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (DAHA)  
Salzano Barreto de Oliveira - Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)  
Silvana Matos Amaro - Escola de Saúde Pública (ESP)  
Solon Engelman - Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN)



## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO.....</b>	<b>08</b>
<b>3 AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO NO PERÍODO E SUAS RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>13</b>
<b>4 OFERTA E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA REDE ASSISTENCIAL PRÓPRIA, CONTRATADA E CONVENIADA, COTEJANDO ESSES DADOS COM OS INDICADORES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SEU ÂMBITO DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
A) Rede física de saúde pública e privada prestadora de serviços ao SUS.....	14
B) Dados e produção de serviços.....	16
C) Indicadores passíveis de apuração quadrimestral.....	29
<b>5 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### Considerações Iniciais

A Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS) apresenta o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 1º Quadrimestre de 2017 (janeiro a abril) relativo às ações e serviços de saúde do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o artigo nº 36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Relatório Detalhado de Prestação de Contas passou a ser quadrimestral e deve ser elaborado de acordo com modelo padronizado e aprovado pela Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O Relatório foi organizado de acordo com o elenco de informações previstas na Resolução supracitada e pretende ser um documento sintético e objetivo - a fim de facilitar a compreensão dos dados, atendendo também à solicitação do Conselho Estadual de Saúde (CES).

Em virtude dos problemas apresentados pelo Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS), gerenciado pelo Ministério da Saúde, algumas informações só puderam ser disponibilizadas em arquivos anexos. A apresentação está organizada da seguinte forma:

- Informações sobre Auditorias;
- Oferta e produção de serviços, contemplando:

a) Dados dos serviços existentes no Estado oriundos do Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), evidenciando o quantitativo, o tipo de estabelecimento, o tipo de gestão e a natureza jurídica;

b) Dados de produção de serviços oriundos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do DATASUS, e de sistemas de informação da SES/RS;

c) Indicadores passíveis de apuração quadrimestral da Pactuação Interfederativa 2017-2021.

Salienta-se que, tanto os resultados de produção dos serviços quanto os dos indicadores passíveis de apuração quadrimestral são preliminares. Tal situação ocorre em virtude da forma de contabilização dos dados de produção, que são regidos pelo Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS e pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Estes sistemas registram a produção, que pode sofrer alterações até quatro (4) meses após a data de realização dos procedimentos ambulatoriais e até seis (6) meses após a data de alta da internação. E os dados de investigação dos óbitos infantis e fetais, maternos, e de mulheres em idade fértil que

somente se encerram com o fechamento anual da base de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) nacional; dentre outras especificidades de outros indicadores.

## 2. DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO

### Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal

UF: Rio Grande do Sul				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde				
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social				
2º Bimestre de 2017				
Dados Homologados em 26/05/17 15:02:21				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	37.624.733.205,00	37.624.733.205,00	13.050.136.361,58	34,68
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	381.700.556,00	381.700.556,00	107.656.869,60	28,20
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	31.689.321.901,00	31.689.321.901,00	10.447.303.240,05	32,97
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.500.076.270,00	2.500.076.270,00	1.481.259.259,35	59,25
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.201.354.476,00	2.201.354.476,00	739.265.391,14	33,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	224.720.537,00	224.720.537,00	84.677.351,15	37,68
Dívida Ativa dos Impostos	316.685.135,00	316.685.135,00	109.857.173,27	34,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	310.874.330,00	310.874.330,00	80.117.077,02	25,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.556.352.968,00	2.556.352.968,00	881.827.014,65	34,50
Cota-Parte FPE	1.906.391.038,00	1.906.391.038,00	686.312.210,46	36,00
Cota-Parte IPI-Exportação	503.061.702,00	503.061.702,00	146.548.061,67	29,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	146.900.228,00	146.900.228,00	48.966.742,52	33,33
Desoneração ICMS (LC 87/96)	146.900.228,00	146.900.228,00	48.966.742,52	33,33
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	9.477.302.304,00	9.477.302.304,00	3.443.149.411,11	36,33
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	8.041.656.470,00	8.041.656.470,00	2.647.969.623,35	32,93
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	1.309.880.409,00	1.309.880.409,00	758.543.442,35	57,91
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	125.765.425,00	125.765.425,00	36.636.345,41	29,13
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE	30.703.783.869,00	30.703.783.869,00	10.488.813.965,12	34,16

SAÚDE (IV) = I + II - III				
---------------------------	--	--	--	--

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	776.912.915,00	776.912.915,00	262.343.022,82	33,77
Provenientes da União	769.387.250,00	769.387.250,00	259.699.209,25	33,75
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	7.525.665,00	7.525.665,00	2.643.813,57	35,13
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	776.912.915,00	776.912.915,00	262.343.022,82	33,77

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f / e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g / e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.419.004.394,09	4.466.158.998,75	1.495.587.974,39	33,49	1.357.793.238,01	30,40
Pessoal e Encargos Sociais	1.354.535.502,30	1.370.985.502,30	402.424.127,26	29,35	402.214.428,53	29,34
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.064.468.891,79	3.095.173.496,45	1.093.163.847,13	35,32	955.578.809,48	30,87
DESPESAS DE CAPITAL	62.167.179,04	71.923.341,64	4.506.348,97	6,27	2.417.129,58	3,36
Investimentos	62.160.679,04	69.576.841,64	4.170.361,29	5,99	2.081.141,90	2,99
Inversões Financeiras	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	6.500,00	346.500,00	335.987,68	96,97	335.987,68	96,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	4.481.171.573,13	4.538.082.340,39	1.500.094.323,36	33,06	1.360.210.367,59	29,97

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / VIII f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i / VIII g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEÇA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		270.527.519,98	18,03	259.679.311,86	19,09
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		262.527.860,57	17,50	253.453.818,16	18,63
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		7.999.659,41	0,53	6.225.493,70	0,46

OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)		N/A	270.527.519,98	18,03	259.679.311,86	19,09

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (V - VI)</b>	N/A		<b>1.229.566.803,38</b>	<b>81,96</b>	<b>1.100.531.055,73</b>	<b>80,91</b>
---	-----	--	-------------------------	--------------	-------------------------	--------------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%)=(VIII / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%<sup>4</sup> e 5</b>						<b>10,49</b>
---	--	--	--	--	--	--------------

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIII - (12 x IVb)/100]<sup>6</sup></b>						<b>-158.126.620,08</b>
---	--	--	--	--	--	------------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	11.635.987,23	638.244,07	78.218,71	10.919.524,45	0,00
Inscritos em 2013	45.841.648,13	5.906.738,63	26.885.078,10	13.049.831,40	0,00
Inscritos em 2012	15.086.159,00	509.479,87	0,00	14.576.679,13	15.086.159,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.563.794,36</b>	<b>7.054.462,57</b>	<b>26.963.296,81</b>	<b>38.546.034,98</b>	<b>15.086.159,00</b>

<b>CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º</b>	<b>RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS</b>		
	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Despesas custeadas no exercício de referência (j)</b>	<b>Saldo Final (Não Aplicado)</b>

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	509.479,87	0,00	509.479,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (IX)	509.479,87	0,00	509.479,87

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (I)	% (I/total I)x 100	Até o Bimestre (M)	%(M/total M)* 100
Atenção Básica	257.838.485,90	253.201.635,90	93.298.812,33	6,22	92.802.102,84	6,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.495.261.493,14	2.521.933.098,03	854.831.938,01	56,99	776.857.683,34	57,11
Suporte Profilático e Terapêutico	225.910.005,00	212.768.998,83	113.139.571,31	7,54	61.770.417,88	4,54
Vigilância Sanitária	5.621.885,00	10.005.888,00	1.259.951,13	0,08	694.141,84	0,05
Vigilância Epidemiológica	12.656.663,00	14.427.637,25	1.567.971,53	0,10	1.266.186,67	0,09
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.483.879.862,09	1.525.745.082,38	435.996.079,05	29,06	426.819.835,02	31,38
TOTAL	4.481.168.394,13	4.538.082.340,39	1.500.094.323,36	100,00	1.360.210.367,59	100,00

FONTE: SIOPS, Rio Grande do Sul, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 26/05/17 15:02:21

- 1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Constituição do Estado quando o percentual nela definido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VII(h+i) - (12 \times IVb)/100]$ .

## DETALHE DE ENVIO

Ano-Base: 2017 - 2º Bimestre

UF: Rio Grande do Sul - RS

Código: 43

Arquivos Transmitedos e Importados com Sucesso: 1		
Data e Hora	Versão do Cliente	
25/05/2017 16:30:51	1.0.0	
Indicador		Valor
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Estado	51,20 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	14,66 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	9,38 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado	98,99 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado	19,76 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	101,51 %
2.1	Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	120,52
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	29,57 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,70 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	20,95 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,15 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	19,29 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a EC 29/2000	10,49 %

## Observação:

Os indicadores do SIOPS ao serem demonstrados na Situação de Entrega estão sendo calculados da seguinte forma:

a) 1º ao 5º bimestre (liquidada);

"Despesas Liquidadas, nos cinco primeiros bimestres do exercício".

b) 6º bimestre (empenhada).

"Despesas empenhadas no último bimestre".

Estas fases são consideradas visando atender as disposições da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, sobre os demonstrativos que deverão compor o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (PT/STN: 560/01, 517/02, 441/03, 471/04, 587/05 e 663/06 e no MDF/STN: 7º Edição Pag. 443, bem como em conformidade com a LC 141/2012).

**Análise e considerações gerais:** No ano de 2017, no 1º quadrimestre, o Estado do Rio Grande do Sul aplicou o percentual de 10,49% em ações e serviços públicos de saúde, considerando a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais.



### 3 AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO NO PERÍODO E SUAS RECOMENDAÇÕES

Acompanha o relatório da Coordenação de Auditoria Médica Estadual (CAME/RS) as seguintes Planilhas: Auditorias Médicas realizadas, Auditorias Contábeis realizadas, e de Enfermagem realizadas, com dados pertinentes ao 1º Quadrimestre/2017, e que seguem resumidamente na presente relação abaixo (Quadro 1).

**Quadro 1.** Planilha de Controle de Auditorias, 1º quadrimestre de 2017.

METAS	Realizações 1º Quadrimestre/2017
Auditoria do Sistema Hospitalar/Autorização de Internação Hospitalar (AIH) – Auditorias de Bloqueios e Pré pagamento:	<p style="text-align: center;"><u>JAN/2017</u></p> <p>-1.311 AIH's - Bloqueios (Pós Pagas)            -2.729 AIH's de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), Cirurgias Múltiplas e Sequenciais (Pré Pagas)</p> <p style="text-align: center;"><u>FEV/2017</u></p> <p>Observação: <b>A partir de fevereiro de 2017 as OPM's passaram a integrar os Critérios de Bloqueio, exceto nas CRS 8ª, 10ª, 13ª e 15ª CRS que continuam sem auditores:</b></p> <p>-3.078 AIH's – Bloqueios (Pós Pagas),            - 157 AIH's OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais (Pré Pagas)</p> <p style="text-align: center;"><u>MAR/2017</u></p> <p>-3.059 AIH's – Bloqueios (Pós Pagas),            - 203 AIH's OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais (Pré Pagas)</p> <p style="text-align: center;"><u>ABR/2017</u></p> <p>-3.068 AIH's – Bloqueios (Pós Pagas),            - 258 AIH's OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais (Pré Pagas)</p> <p style="text-align: right;"><b>Total: 13.863 AIHS</b></p>
Total de Auditorias realizadas no Quadrimestre:	–181 Relatórios Exarados
Auditoria Contábil	-Auditoria em Processos: - Foram retidos pelo Fundo Estadual de Saúde (FES/RS) ou depositados em sua conta, R\$ 461.635,55 - Foram solicitados ao FES/RS ou depósito em sua conta: R\$ 1.117.229,71
Auditoria de Enfermagem	-11 Processos de <u>Internações Judiciais</u> : -Valor Inicial: R\$ 741.048,68 -Valor Glosado: R\$ 209.965,78 -Valor Final: <b>R\$ 531.082,90</b> -18 Processos de <u>Compra de Leitos</u> : -Valor Inicial: R\$ 603.736,68 -Valor Glosado: R\$ 41.076,66 -Valor Final: <b>R\$ 562.660,02</b> <b>TOTAL: R\$ 1.093.742,92</b>

Fonte: Coordenadoria de Auditoria Médica do Estado do Rio Grande do Sul (CAME/RS).

## Auditorias Médicas Realizadas

DATA ABERTURA	Nº DO PROCESSO	Nº RELATÓRIO AUDITORIA	CRS	COMPETÊNCIA	PRESTADOR	MUNICÍPIO	OBJETO/OBJETIVO DA AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES	REINCIDENTE	DATA FINALIZAÇÃO	AUDITOR RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
24/11/16	16/2000-0105307-8	01/2017 (971)		9/2016	Hospital Viamão	Viamão	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x		02/01/17	
08/12/16	16/2000-0114536-3	02/2017 (972)		10/2016	Hospital Viamão	Viamão	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x		02/01/17	
07/11/16	16/2000-0093654-5	03/2017 (973)		08/2016	Hospital Viamão	Viamão	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x		02/01/17	
	053215-20.00/15-1	04/2017 (974)			Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo					02/01/17	
24/11/16	16/2000-0105213-6	05/2017 (975)			Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;				02/01/17	
23/11/16	16/2000-0104248-3	06/2017 (976)			Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	Critérios de Bloqueios				02/01/17	
07/12/16	16/2000-0113731-0	07/2017			Fundação Hospitalar de Rolante	Rolante	Critérios de Bloqueios				04/01/17	
	042767-20.00/14-5	08/2017			Hospital Instituto de Cardiologia	Viamão					04/01/17	
08/12/16	16/2000-0114469-3	09/2017		10/2016	Fundação Hospitalar de Rolante	Rolante	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado			04/01/17	
07/12/16	16/2000-0113654-2	10/2017		10/2016	Fundação Hospitalar São José	Cambará do Sul	Bloqueios 10/2016	Liberado			04/01/17	
07/12/16	16/2000-0113742-5	11/2017			Hospital Sapiranga	Sapiranga	Critérios de Bloqueios				04/01/17	
04/01/17	113297-20.00/15-1	12/2017		09/2015	Hospital Regina	Novo Hamburgo	Compra de leito	Auditoria de enfermagem e contábil	x			
29/12/16	16/2000-0127746-4	13/2017		11/2016	Hospital de Alvorada	Alvorada	Bloqueio – Óbito infantil	Glosa	x		11/01/17	
02/01/17	17/2000-0000142-8	14/2017		11/2016	Hospital São José	Ivoti	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	OR 12 AIHS (100%)		x	11/01/17	
28/12/16	16/2000-0106570-0	15/2017		09/2016	Hospital Dr. Sebastiany Sobradinho	Sobradinho	Bloqueio	Glosa		x	10/01/17	
21/10/16	16/2000-0085510-3	16/2017			Hospital de Caridade Nossa Sra Auxiliadora	Rosário do Sul	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Denúncia improcedente. Arquivamento.	x		06/01/17	Ofício de Advertência
	042287-20.00/14-8	17/2017			Hospital Bom Pastor	Igrejinha					09/01/17	
	078072-20.00/15-7	18/2017		05/2015	Hospital Caridade Astrogildo Azevedo	Santa Maria	Auditoria APAC/Radioterapia	Liberado		x	09/01/17	
21/10/16	16/2000-0085358-5	19/2017			Hospital São Salvador	Salvador do Sul	Critérios de Bloqueios				10/01/17	
28/12/16	16/2000-0106570-0	20/2017		09/2016	Hospital de Caridade Dr. Victor Lang	Caçapava do Sul	Critérios de Bloqueios	Liberado	X		10/01/17	
07/12/16	16/2000-0113736-0	21/2017			Hospital São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	Critérios de Bloqueios				11/01/17	
03/09/14	107263-20.00/14-0	22/2017		07/2014	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	Análise de Defesa OPM e CM	Não acatado		x	12/01/17	
26/12/16	014107-20.00/16-7	23/2017			Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Análise de Defesa - compra leito	Não acatado	x		11/01/17	
	053435-20.00/15-1	24/2017			Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria					11/01/17	
16/01/17	129745-20.00-15-8	25/2017		11/2014	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	Análise de Defesa OPM e CM			x	16/01/17	
	16/2000-0104218-1	26/2017		9/2016	Hospital Bom Jesus	Taquara	Critérios de Bloqueios	Liberado			17/01/17	
24/11/16	16/2000-0105127-0	27/2017			Hospital Bom Jesus	Taquara	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;				17/01/17	

04/01/17	16/2000-0127752-9	28/2017	11/2016	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	Critérios de Bloqueios	Liberado	x	18/01/17	
	Auditoria Regular	29/2017		Hospital São Francisco de Paula	São Francisco de Paula				18/01/17	
04/01/17	17/2000-0000194-0	30/2017	11/2016	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x	18/01/17	
29/12/16	16/2000-0127715-4	31/2017	11/2016	Hospital São Francisco de Assis	Parobé	Critérios de Bloqueios	MP (5 AIHS)		25/01/17	
02/01/17	17/2000-0000171-1	32/2017	11/2016	Hospital Sagrada Família	São Sebastião do Cai	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	OR 03 AIH CIENCIA AO PRESTADOR	x	18/01/17	
07/12/16	16/2000-0113969-0	n/f	10/2016	Hospital Viamão	Viamão	Critérios de Bloqueios	Liberado	x	05/01/17	
04/01/17	17/2000-0000149-5	33/2017	11/2016	Hospital Montenegro	Montenegro	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x	20/01/17	Não tem relatório
04/01/17	16/2000-0127712-0	34/2017	11/2016	Hospital Montenegro	Montenegro	Critérios de Bloqueios	Liberado	x	20/01/17	
	059747-20.00/15-7	35/2017	03/2015	Hospital Caridade Astrogildo Azevedo	Santa Maria	Auditoria APAC/Radioterapia	Liberado com Glosas	x	20/01/17	
	131826-20.00/14-5	36/2017	08/14	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	Análise de Defesa OPM e CM	não acatado	x	23/01/17	Tramita junto ao processo 057160-2000/15-8
	Auditoria Regular	37/2017		Hospital Viamão	Viamão				23/01/17	
29/12/16	16/2000-0128112-7	38/2017	11/2016	Hospital Vale do Sol	Vale do Sol	Critérios de Bloqueios	Glosa (02 AIHS)	x	23/01/17	
04/01/17	17/2000-0000133-9	39/2017	11/2016	Hospital São José	Dois Irmãos	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x	23/01/17	Carta de Advertência
10/01/17	16/1000-0002791-3	40/2017	x	Hospital Universitário São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	Internação judicial	Leito de cti	x	23/01/17	
23/01/17	17/2000-0014740-6	41/2017	x	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	Auditorias de demandas da OUVIDORIA/Denúncias	Ao prestador para manifestação	x	26/01/17	
	17/2000-0014740-6	42/2017		Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo	Cobrança judicial de cateter fluxo inverso	Liberado	x	30/01/17	
30/11/16	16/1000-0002921-5	43/2017		Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo	Cobrança judicial de tivoi	Não liberado	x	30/01/17	
07/12/16	16/2000-0113747-6	44/2017		Hospital Bom Jesus	Taquara	Critérios de Bloqueios			30/01/17	
29/07/13	099564-20.00/13-5	45/2017	05/2013	Fundação Hospitalar Getúlio Vargas	Sapucaia do Sul	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Não liberado	x	31/01/17	
02/01/17	17/2000-0000207-6	46/2017	11/2016	Hospital Viamão	VIAMÃO	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x	31/01/17	
27/01/17	17/2000-0018181-7	47/2017	12/2016	Hospital Vale do Sol	Vale do Sol	Critérios de Bloqueios	Glosa 03 AIHS	x	31/01/17	
29/12/16	16/2000-0127754-5	48/2017	11/2016	Hospital Viamão	VIAMÃO	Critérios de Bloqueios	LIBERO UMA AIH E GLOSO A OUTRA	x	31/01/17	
02/01/17	17/2000-0000137-1	49/2017	11/2016	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	OR de 1 AIH	x	01/02/17	
29/12/16	16/2000-0127695-6	50/2017	11/2016	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	Critérios de Bloqueios	Glosa 03 AIHS	x	01/02/17	
24/01/17	17/2000-0014930-1	51/2017	12/2016	Hospital São José	Ivoti	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x	01/02/17	
24/01/17	17/2000-0014827-5	52/2017	12/2016	Hospital São José	Ivoti	Critérios de Bloqueios	Liberado	x	01/02/17	
	006187-20.00/16-0	53/2017		Instituto de Saúde e Educação Vida	Taquara				02/02/17	
08/12/16	16/2000-0114510-0	54/2017		Hospital Bom Jesus	Taquara	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			01/02/17	
25/01/17	17/2000-0014817-8	55/2017	12/2016	Hospital Getúlio Vargas	Estância Velha	Critérios de Bloqueios	GLOSA DE 1AIH Liberação de 1 AIH	x	03/02/17	

25/01/17	17/2000-0014919-0	56/2017	12/2016	Hospital Getúlio Vargas	Estância Velha	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado		03/02/17	
20/05/14	059617-20.00/14-5	57/2017	03/2014	Sociedade Sapiranguense	Sapiranga	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Mantido Ordem de Recolhimento	x	08/02/17	
07/12/16	16/2000-0113866-9	58/2017		Hospital de Alvorada	Alvorada	Critérios de Bloqueios			06/02/17	
07/12/16	16/2000-0113905-3	59/2017		Hospital Padre Jeremias	Cachoeirinha	Critérios de Bloqueios			06/02/17	
02/01/17	17/2000-0000199-1	60/2017		Hospital de Caridade São Jerônimo	São Jerônimo	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			06/02/17	
15/06/11	062277-20.00/11-4	61/2017		Hospital Ana Nery	Santa Cruz do Sul	Auditorias de demandas da SES/Secretário	Ratifica as conclusões e sugestões do Rel. Aud Médica 171/2013		06/03/17	
	110187-20.00/13-3	62/2017		Hospital Bruno Born	Lajeado				07/02/17	
08/12/16	16/2000-0114523-1	63/2017		Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã				08/02/17	
12/01/17	17/2000-0007677-0	64/2017		Hospital Montenegro	Montenegro				08/02/17	
12/01/17	17/2000-0007665-7	65/2017		Hospital Bruno Born	Lajeado				08/02/17	
29/07/16	16/1000-0000899-4	66/2017		Hospital de Clínicas	Porto Alegre				08/02/17	
29/12/16	17/2000-0014808-9	67/2017	11/2016	Fundação Hospitalar São José	Cambará do Sul	Critérios de Bloqueios	Glosa (08 AIHs)	x	15/03/17	
	Auditoria Regular	68/2017		Hospital Alvorada	Alvorada	Auditoria Regular Hospitalar	Realizar auditoria anual para avaliar o processo das ações implementadas		13/02/17	
13/02/17	17/2000-0014830-5	69/2017	12/2016	Hospital Montenegro	Montenegro	Critérios de Bloqueios	Liberado		13/02/17	
25/01/17	17/2000-0014844-5	70/2017	12/2016	Hospital São Francisco de Assis	Parobé	Critérios de Bloqueios	2 liberados e 4 MP	x	15/02/17	
25/01/17	17/2000-0014948-4	71/2017	12/2016	Hospital São Francisco de Assis	Parobé	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	10 liberados e 9 OR	x	15/02/17	
03/02/17	17/1000-0000838-8	72/2017		Hospital da Cidade	Passo Fundo				15/02/17	
03/02/17	17/1000-0000832-9	73/2017		Hospital São Lucas da PUCRS	Porto Alegre				15/02/17	
23/01/17	141/5.15.0000492-4	74/2017	03/2016	Clinica Lavinsky Otorrinolaringologia LTDA	Porto Alegre	Análise de Conta de Processo Judicial de Tutela Ant.	Orientação a PGE.		15/2017	
18/01/17	17/1000-0000453-6	75/2017		Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Porto Alegre				15/02/17	
02/01/17	17/2000-0000159-2	77/2017	11/2016	Hospital São Francisco de Assis	Parobé	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberados com OR OPM	x	20/02/17	
	Auditoria Regular	76/2017		Hospital Sagrada Família	São Sebastião do Cai	Auditoria Regular Hospitalar	Realizar auditoria anual para avaliar o processo das ações implementadas		14/02/17	
	17/2000-0014854-2	78/2017	12/2016	Hospital Sapiranga	Sapiranga	Critérios de Bloqueios	Cobrar exclusivamente procedimento 0407020098	x		
24/11/16	16/2000-0105115-6	79/2017		Hospital Sapiranga	Sapiranga				21/01/17	
24/01/17	17/2000-0014992-1	80/2017		Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã				23/01/17	
24/01/17	17/2000-0014880-1	81/2017		Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	Critérios de Bloqueios			23/01/17	
	Auditoria Regular	82/2017		Hospital de Alvorada	Alvorada				23/02/17	

08/12/16	16/2000-0114489-8	83/2017			Hospital Sapiranga	Sapiranga						23/02/17	
29/12/16	16/2000-0127721-9	84/2017			Hospital Sapiranga	Sapiranga	Critérios de Bloqueios					23/02/17	
24/01/17	17/2000-0015001-6	85/2017	2ª CRS	12/2016	Hospital de Caridade São Jerônimo	São Jerônimo	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;		x			01/03/17	
20/01/16	006069-20.00/16-3	86/2017		x	Hospital São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias			Ao CREMERS. Arquivamento.	x	02/03/17	
	17/2000-0014938-7	87/2017		12/2016	Hospital Montenegro	Montenegro	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			Liberados com OR OPM	x	22/03/17	
24/01/17	17/2000-0014822-4	88/2017		12/2016	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	Critérios de Bloqueios			Mp de 04 AIHs		03/03/17	
28/05/14	063311-20.00/14-7	89/2017		04/2014	Hospital Sapiranga	Sapiranga	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			Manter parecer do Relatório Aud Médica nº 230/2016	x	07/03/17	
09/02/17	17/1000-0000966-0	90/2017			Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Porto Alegre						08/02/17	
24/01/17	17/2000-0014977-8	91/2017			Hospital Bom Jesus	Taquara						08/02/17	
24/01/17	17/2000-0014859-3	92/2017			Hospital Bom Jesus	Taquara						08/02/17	
24/01/17	17/2000-0014909-3	93/2017			Hospital São José	Dois Irmãos	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			Devolução de Recursos - 5 AIHs		08/03/17	
14/07/14	080766-20.00/14-3	94/2017		05/2014	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais			Manter parecer do Relatório Aud Médica nº 1372/2015	x	09/03/17	
	059617-20.00/14-5	95/2017			Hospital Bom Pastor	Igrejinha						08/03/17	
	148746-20.00/14-8	96/2017			Hospital Sapiranga	Sapiranga						08/03/17	
23/02/17	17/2000-0035135-6	97/2017			Hospital Padre Jeremias	Cachoeirinha						09/03/17	
	010262-20.00/15-5	98/2017		04/2015	Hospital de Caridade de Santiaão	Santiago	Auditorias de demandas da SES/Secretário			Indeferir pagamento leito extra UTI	x	09/03/17	
23/02/17	17/2000-0035048-1	99/2017		01/2017	Hospital São Francisco de Paula	São Francisco de Paula	Critérios de Bloqueios			MP - Mudança de Procedimentos (01/01 - 100%)	x	09/03/17	
23/02/17	17/2000-0035014-7	100/2017		01/2017	Hospital Getúlio Vargas	Estância Velha	Critérios de Bloqueios			Glosa (1 AIH), liberação das demais			
23/02/17	17/2000-0035080-5	101/2017		01/2017	Hospital São José Ivoti	Ivoti	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			Ordem de Recolhimento	x	13/03/17	
24/01/17	17/2000-0015010-5	102/2017		12/2016	Hospital Viamão	Viamão	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;					13/03/17	
	17/2000-0014890-9	103/2017		12/2016	Hospital Viamão	Viamão	Critérios de Bloqueios					13/03/17	
	005032-20.00/13-0	104/2017			Hospital Miquel Riet	Rio Grande						13/03/17	
07/12/16	16/2000-0113747-6	105/2017		10/2016	Hospital Bom Jesus	Taquara	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;					14/03/17	
24/01/17	17/2000-0014808-9	106/2017		12/2016	Fundação Hospitalar São José	Cambará do Sul	Critérios de Bloqueios			Glosa ( 05 AIHs)	x	15/03/17	
24/01/17	17/2000-0014922-0	107/2017		12/2016	Hospital Bom Jesus	Igrejinha	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			Dev de Recursos		15/03/17	
08/03/17	Ministério Público-RS	108/2017		x	Santa Casa de Misericórdia	Santana do Livramento	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias			Ao município em GP e CREMERS	x	16/03/17	
12/11/15	119338-20.00/15-5	109/2017		02/2013	Hospital Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Cobrança administrativa			Indeferimento		15/03/17	Demanda do Ministério Público
03/03/17	17/2000-0037654-5	110/2017		01/2017	Hospital de Caridade Dr. Victor Lana	Caçapava do Sul	Critérios de Bloqueios			Liberado	x	15/03/17	
03/03/17	17/2000-0038569-2	111/2017		01/2017	Hospital Vale do Sol	Vale do Sol	Critérios de Bloqueios			MP – Mudança de Procedimento (de quantas AIHs)	x	15/03/17	
20/07/15	085097-20.00/15-9	112/2017			Santa Casa de Misericórdia	Santana do Livramento	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;					17/03/17	

24/01/17	17/2000-0014973-5	113/2017		12/2016	Hospital Saporanga	Saporanga	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	OR- Ordem de Recolhimento de 24 AIHs	x	23/03/17	
07/11/14	139631-20.00/14-5	114/2017		09/2014	Fundação Hospitalar de Sapucaia do Sul	Sapucaia do Sul	Análise de Recurso do Prestador	Manter OR		17/03/17	
02/06/16	043180-20.00/16-4	115/2017		x	Hospital Cidade de Passo Fundo	Passo Fundo	Colocação judicial de cor valve	Não conformidade	x	17/03/17	
02/01/17	17/2000-0000199-1	116/2017		11/2016	Hospital de Caridade São Jerônimo	São Jerônimo	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			17/03/17	
24/01/17	17/2000-0014965-4	117/2017		12/2016	Hospital Sagrada Família	São Sebastião do Cai				17/03/17	
23/02/17	17/2000-0035102-0	118/2017		01/2017	Hospital Montenegro	Montenegro	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado	x	20/03/17	
10/09/15	008376-10.00/15-4	119/2017		08/2014	Hospital Mãe de Deus	Porto Alegre	Auditorias de demandas da SES/Secretário	Ausência de prontuário completo impede o prosseguimento da auditoria		20/03/17	
	055092-20.00/13-6	120/2017			Hospital Padre Jeremias	Cachoeirinha	aUDITORIA DE ÓBITO INFANTIL			20/03/17	Ordem
13/03/17	17/2000-0044701-9	121/2017		01/2017	Hospital Bom Jesus	Taquara	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	OR 9, 01 NÃO APRESENTADA		20/03/17	
23/02/17	17/2000-0035064-3	122/2017		01/2017	Hospital Bom Jesus	Taquara	Crítérios de Bloqueios	DEMAIS LIBERADAS		20/03/17	
26/09/16	ic0123400097/2016	123/2017		x	Santa Casa de Misericórdia	Santana do Livramento	Denúncia sobre a CTI do Prestador	Glosa 02 e Liberado 04	x	20/03/17	
23/02/17	17/2000-0035073-2	124/2017		1/2017	Hospital São José	Dois Irmãos	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Denúncia não procede		20/03/17	
23/02/17	17/2000-0035119-4	125/2017		1/2017	Hospital Sagrada Família	São Sebastião do Cai	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberar com exclusões de códigos 11 AIHs		20/03/17	
	067467-20.00/15-6	126/2017			Hospital da Cidade	Passo Fundo				20/03/17	
15/03/17	17/2000-0035055-4	127/2017		01/2017	Hospital Saporanga	Saporanga	Crítérios de Bloqueios	MP – Mudança de Procedimento de 01 AIH		22/03/17	
15/03/17	17/2000-0046721-4	128/2017		01/2017	Hospital São Francisco de Assis	Parobé	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;			22/03/17	
23/02/17	17/2000-0035038-4	129/2017		01/2017	Hospital São Francisco de Assis	Parobé	Crítérios de Bloqueios			22/03/17	
23/02/17	17/2000-0035139-9	130/2017	2ª CRS	01/2017	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	Crítérios de Bloqueios	Liberadas 06 AIHs		22/03/17	
10/03/17	17/2000-0044438-9	131/2017	2ª CRS	01/2017	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Camaquã	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Devolução Parcial de Recursos 01 AIH e 29 AIHs Liberadas		22/03/17	
21/06/16	16/2000-0036821-0	132/2017			Hospital Estrela	Estrela					
29/05/15	004790-20.00/15-6	133/2017		x	Hospital da Cidade	Passo Fundo	Crítérios de Bloqueios	Liberado	x	27/03/17	
29/07/16	037611-20.00/16-8	134/2017		x	Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo	Cor Valve	Judicial colocada	x	27/03/17	
23/02/17	17/2000-0035113-5	135/2017		01/2017	Fundação Hospitalar de Rolante	Rolante	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 2 AIHs		27/03/17	
01/08/16	16/2000-0047857-1	136/2017		10/2006	Hospital da Cidade	Passo Fundo	Crítérios de Bloqueios			29/03/17	
15/03/17	17/2000-0046798-2	137/2017		01/2017	Hospital Saporanga	Saporanga	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado		29/03/17	
23/02/17	17/2000-0035162-3	138/2017		01/2017	Hospital Viamão	Viamão		13 AIHs sendo 04 AIHs glosadas e o restante liberadas		29/03/17	
10/03/17	17/2000-0044085-5	139/2017	2ª CRS	01/2017	Hospital de Caridade São Jerônimo	São Jerônimo	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	23 AIHs	X	21/03/17	
23/02/17	17/2000-0035146-1	140/2017	2ª CRS	01/2017	Hospital de Caridade São Jerônimo	São Jerônimo	Crítérios de Bloqueios Sobreposto	04 AIHs	x	21/03/17	

25/11/16	16/2000-0105554-2	002/2017	3º CRS	09/2016	Hospital Universitário Dr. Miquel Riet	Rio Grande	Critérios de Bloqueios		01/12/16	
25/11/16	16/2000-0105610-7	003/2017	3º CRS	09/2016	Hospital Universitário Dr. Miquel Riet	Rio Grande	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;		02/12/16	
25/11/16	16/2000-0105486-4	004/2017	3º CRS	09/2016	Associação de Assistência Hospitalar	Pinheiro Machado	Critérios de Bloqueios		20/12/16	
25/11/16	16/2000-0105591-7	005/2017	3º CRS	09/2016	Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia	São Lourenço do sul	Critérios de Bloqueios		20/12/16	
25/11/16	16/2000-0105495-3	006/2017	3º CRS	09/2016	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	Critérios de Bloqueios		03/01/17	
25/11/16	16/2000-0105599-2	007/2017	3º CRS	09/2016	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais		05/01/17	
25/11/16	16/2000-0105569-0	008/2017	3º CRS	09/2016	Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia	Santa Vitória do Palmar	Critérios de Bloqueios		04/01/14	
12/12/16	16/2000-0116131-8	009/2017	3º CRS	10/2016	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	Critérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	23/01/17	
12/12/16	16/2000-0116110-5	010/2017	3º CRS	10/2016	Associação de Assistência Hospitalar	Pinheiro Machado	Critérios de Bloqueios	Liberado	23/01/17	
12/12/16	16/2000-0116151-2	011/2017	3º CRS	10/2016	Hospital Universitário Dr. Miquel Riet	Rio Grande	Critérios de Bloqueios	Liberado 9 AIHs	23/01/17	
12/12/16	16/2000-0116171-7	012/2017	3º CRS	10/2016	Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia	São Lourenço do sul	Critérios de Bloqueios		23/01/17	
12/12/16	16/2000-0116087-7	013/2017	3º CRS	10/2016	Santa Casa de Caridade Jaquarão	Jaquarão	Critérios de Bloqueios		24/01/17	
29/12/16	16/2000-0127775-8	014/2017	3º CRS	11/2017	Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia	São Lourenço do sul	Critérios de Bloqueios		24/01/17	
29/12/16	16/2000-0127764-2	015/2017	3º CRS	015/2016	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	Critérios de Bloqueios	01 AIH Liberada 01 AIH Glossada 01 AIH Mudança de Procedimento	24/01/17	
26/01/17	16/2000-0105530-5	016/2017	3º CRS	12/2016	Hospital Universitário Dr. Miquel Riet	Rio Grande	Critérios de Bloqueios		01/12/16	
06/05/15	055787-20.00/15-5	016/2017	3º CRS	02/2015	Hospital de Caridade de Canqucu	Ganguçu	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;		20/10/16	
24/08/16	16/2000-0056473-7	016/2017	3º CRS	06/2016	Santa Casa Rio Grande	Rio Grande	Critérios de Bloqueios	Liberado 6 AIHs	09/01/17	
26/01/17	17/2000-0017208-7	017/2017	3º CRS	12/2016	Santa Casa de Caridade Jaquarão	Jaquarão	Critérios de Bloqueios	Glosa de 02 AIHs	31/01/17	
26/01/17	17/2000-0017252-4	018/2017	3º CRS	12/2016	Associação de Assistência Hospitalar	Pinheiro Machado	Critérios de Bloqueios	Glosa de 01 AIH Liberda 01 AIH	31/01/17	
29/12/16	16/2000-0127768-5	019/2017	3º CRS	11/2016	Hospital Universitário Dr. Miquel Riet	Rio Grande	Critérios de Bloqueios	Liberado e MP – Mudança de Procedimento	07/02/17	
26/01/17	17/2000-0017277-0	020/2017	3º CRS	12/2016	Hospital Universitário Dr. Miquel Riet	Rio Grande	Critérios de Bloqueios	Liberado	10/02/17	
26/01/17	17/2000-0017267-2	021/2017	3º CRS	12/2016	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	Critérios de Bloqueios		13/02/17	
24/02/17	17/2000-0036153-0	022/2017	3º CRS	01/2017	Santa Casa de Caridade Jaquarão	Jaquarão	Critérios de Bloqueios	Glosa de 01 AIHs e 01 AIH liberada	20/03/17	
24/02/17	17/2000-0036175-0	023/2017	3º CRS	01/2017	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	Critérios de Bloqueios		20/03/17	
26/01/17	17/2000-0017290-7	024/2017	3º CRS	12/2016	Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia	São Lourenço do sul	Critérios de Bloqueios	Liberado 5 AIHs	24/02/17	

24/02/17	17/2000-0036430-0	025/2017	3ª CRS	01/2017	Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia	São Lourenço do sul	Critérios de Bloqueios		20/03/17	
15/01/15	005403-20.00/15-3	027/2017	3ª CRS	12/2012	Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;		23/03/17	
15/09/16	16/2000-0067543-1	001/2017	4ª CRS	07/2016	Hospital de Caridade de Santiaoo	Santiago	Critérios de Bloqueios	30 AIHs Sendo 03 Glossadas e o restante liberadas	11/01/17	
15/09/16	16/2000-0067545-8	002/2017	4ª CRS	07/2016	Hospital Municipal São Pedro	São Pedro do Sul	Critérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	11/01/17	
15/09/16	16/2000-0067537-7	003/2017	4ª CRS	07/2016	Hospital de Caridade de Jaquari	Jaquari	Critérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	12/01/17	
15/09/16	16/2000-0067544-0	004/2017	4ª CRS	07/2016	Hospital Santo Antônio	São Francisco de Assis	Critérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	12/01/17	
15/09/16	16/2000-0067533-4	005/2017	4ª CRS	07/2016	Hospital de Caridade de São Roque	São Roque	Critérios de Bloqueios	01 AIH liberada e 01 Glosada	12/01/17	
15/09/16	16/2000-0067543-1	006/2017	4ª CRS	05/2016	Hospital Casa de Saúde	Santa Maria	Critérios de Bloqueios	Liberado 4 AIHs	20/01/17	
25/11/16	16/2000-0088520-7	007/2017	4ª CRS	08/2016	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Critérios de Bloqueios	24 AIHs sendo 01 AIH Glossada e as demais liberadas	02/02/17	
26/10/16	16/2000-0088189-9	008/2017	4ª CRS	08/2016	Hospital de Caridade de Jaquari	Jaquari	Critérios de Bloqueios	Liberado 3 AIHs	03/02/17	
27/10/16	16/2000-0088541-0	009/2017	4ª CRS	08/2016	Hospital Santo Antônio	São Francisco de Assis	Critérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	03/02/17	
26/10/16	16/2000-0088178-3	010/2017	4ª CRS	08/2016	Instituto de Saúde e Educação Vida	Cacequi	Critérios de Bloqueios	Liberado 4 AIHs	16/02/17	
27/10/16	16/2000-0088550-9	011/2017	4ª CRS	08/2016	Hospital Municipal São Pedro	São Pedro do Sul	Critérios de Bloqueios	06 AIHs SENDO 01 AIH COM MUDANÇA PROCEDIMENTO E O RESTANTE LIBERADAS	07/02/17	
25/11/16	16/2000-0105692-1	012/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital de Caridade de Jaquari	Jaquari	Critérios de Bloqueios	Liberado 4 AIHs	08/02/17	
25/11/16	16/2000-0105640-9	013/2017	4ª CRS	09/2016	Instituto de Saúde e Educação Vida	Cacequi	Critérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	08/02/17	
25/11/16	16/2000-0105748-0	014/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital Municipal São Pedro	São Pedro do Sul	Critérios de Bloqueios	06 AIHs sendo 01 mundaça de procedimentos e as demais liberadas	09/02/17	
25/11/16	16/2000-0105777-4	015/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital de Caridade São Roque	Faxinal do Soturno	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 4 AIHs	09/02/17	
25/11/16	16/2000-0105730-8	016/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Critérios de Bloqueios	Liberado 5 AIHs	10/02/17	
25/11/16	16/2000-0105825-8	017/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 13 AIHs	10/02/17	
25/11/16	16/2000-0105629-8	018/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital de Agudo	Agudo	Critérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	16/02/17	
25/11/16	16/2000-0105789-8	019/2017	4ª CRS	09/2016	Hospital Nossa Senhora da Piedade	Nova Palma	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 2 AIHs	16/02/17	
13/12/16	16/2000-0117272-7	001/2017	9ª CRS	10/2016	Hospital de Caridade Brasileira Terra	Tupancieretá	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 1 AIHs	11/01/17	
13/12/16	16/2000-0117236-0	002/2017	9ª CRS	10/2016	Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	71 Alhs Sendo 04 Alhs OR	13/02/17	
02/01/17	17/2000-0000419-2	008/2017	9ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	Cruz Alta	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	22 AIHs sendo uma ordem de Recolhimento	07/02/17	
02/01/17	17/2000-0018639-8	010/2017	9ª CRS	12/2016	Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	Cruz Alta	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	50 AIHs sendo 04 AIHs com OR	21/02/17	



10/03/17	17/2000-0044323-4	016/2017	9ª CRS	01/2017	Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	Cruz Alta	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	45 AIHs sendo 01 AIH com OR	24/03/17	
02/01/17	17/2000-0000429-0	006/2017	9ª CRS	11/2016	Hospital Santa Bárbara Beneficente	Santa Barbara do Sul	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	01 AIH com OR	06/02/17	
27/01/17	17/2000-0018649-5	009/2017	9ª CRS	12/2016	Hospital Annes Dias	Ibiruba	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 3 AIHs	14/01/17	
10/03/17	17/2000-0044375-7	015/2017	9ª CRS	01/2017	Hospital Annes Dias	Ibiruba	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 2 AIHs	20/03/07	
13/12/16	16/2000-0117258-1	043/2017	9ª CRS	10/2016	Hospital Annes Dias	Ibiruba	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	04/01/17	
03/03/17	17/2000-0038415-7	023/2017	11ª CRS	01/2017	Fundação Hospitalar Santa Terezinha	Erechim	Crítérios de Bloqueios	163 AIHs Sendo 16 MP e 33 Glosadas o restante liberadas	08/03/17	
03/03/17	17/2000-0038607-9	104/2017	14ª CRS	01/2017	Hospital Caridade de Santo Cristo	Santo Cristo	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIHs	13.03.2017	
02/01/17	17/2000-0000614-4	003/2017	15ª CRS	11/2016	Hospital Comunitário Sarandi	Sarandi	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 11 AIHs	24/01/17	
02/01/17	17/2000-0000599-7	004/2017	15ª CRS	11/2016	Hospital dos Trabalhadores-ATRA	Ronda Alta	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 5 AIHs	30/01/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
02/01/17	17/2000-0000590-3	005/2017	15ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade de Palmeiras da Missões	Palmeira das Missões	Crítérios de Bloqueios	16 AIHs sendo 01 AIH com ordem de pagamento	18/01/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
27/01/17	17/2000-0018828-5	011/2017	15ª CRS	12/2017	Hospital de Caridade de Palmeiras da Missões	Palmeira das Missões	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 22 AIHs	02/03/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
27/01/17	17/2000-0018844-7	012/2017	15ª CRS	12/2016	Hospital Comunitário Sarandi	Sarandi	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 4 AIHs	02/03/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
27/01/17	17/2000-0018836-6	013/2017	15ª CRS	12/2017	Hospital Padre Eugênio	Rondinha	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 1 AIHs	03/03/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
27/01/17	17/2000-0018832-3	014/2017	15ª CRS	12/2016	Hospital dos Trabalhadores-ATRA	Ronda Alta	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 10 AIHs	03/03/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
13/12/16	16/2000-0117902-0	040/2017	15ª CRS	10/2016	Hospital de Caridade de Palmeiras da Missões	Palmeira das Missões	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	018 AIHs	02/01/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
13/12/16	16/2000-0117913-6	041/2017	15ª CRS	10/2016	Hospital Comunitário Sarandi	Sarandi	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 2 AIHs	02/01/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
13/12/16	16/2000-0117907-1	042/2017	15ª CRS	10/2016	Hospital dos Trabalhadores-ATRA	Ronda Alta	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 7 AIHs	03/01/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
12/01/17	17/2000-0007665-7	065/2017	16ª CRS		Hospital Bruno Born	Lajeado	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 7 AIHs	08/02/17	Foi auditada pelo núcleo da 9ª CRS
14/12/16	16/2000-0118405-9	001/2017	17ª CRS	10/2016	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 7 AIHs	02.01.2017	
14/12/16	16/2000-0118385-0	002/2017	17ª CRS	10/2016	HOSPITAL DE CARIDADE DE CRISSIUMAL	Crissiumal	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 7 AIHs	03/01/17	
29/12/16	16/2000-0128170-4	003/2017	17ª CRS	11/2016	Sociedade Beneficente de Condor	Condor	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	04.01.2017	
29/12/16	16/2000-0128182-8	004/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	04.11.2016	
29/12/16	16/2000-0128182-8	004/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	04.11.2016	
29/12/16	16/2000-0128175-5	005/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade de Crissiumal	Crissiumal	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	05.01.2017	
29/12/16	16/2000-0128184-4	006/2017	17ª CRS	11/2016	Sociedade Cultural São Gregório	São Martinho	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	06.01.2017	
02/01/17	17/2000-0000637-3	007/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 4 AIHs	13.01.2017	

29/12/16	16/2000-0128166-6	008/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital de Chiapetta	Chiapetta	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	13.01.17	
29/12/16	16/2000-0128177-1	009/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	Crítérios de Bloqueios	Liberado 24 AIHs	13.01.2017	
02/01/17	17/2000-0000635-7	010/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 198 AIHs	17/01/17	
02/01/17	17/2000-0000632-2	011/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade de Crissiumal	Crissiumal	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	09 AIHs	20/01/17	
	033308-20.00/15-3	012/2017	17ª CRS		Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí			23/01/17	
	17/2000-0018340-2	013/2017	17ª CRS	12/2016	Sociedade Cultural São Gregório	São Martinho			30.01.2017	
27/01/17	16/2000-0018312-7	014/2017	17ª CRS	12/2016	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	30.01.2017	
27/01/17	17/2000-0018307-0	015/2017	17ª CRS	12/2016	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	Crítérios de Bloqueios	Liberado 33 AIHs	01.02.2017	
27/01/17	17/2000-0018298-8	016/2017	17ª CRS	12/2016	Hospital de Caridade de Crissiumal	Crissiumal	Crítérios de Bloqueios	Liberado 3 AIHs	02.02.2017	
27/01/17	17/2000-0018874-9	017/2017	17ª CRS	11/2016	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 4 AIHs	03.02.2017	
27/01/17	17/2000-0018860-9	018/2017	17ª CRS	12/2016	Hospital de Caridade de Crissiumal	Crissiumal	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 7 AIHs	02/03/17	
27/01/17	17/2000-0018293-7	019/2017	17ª CRS	12/2016	Sociedade Beneficente de Condor	Condor	Crítérios de Bloqueios	Liberado 4 AIHs	02.03.2017	
27/01/17	17/2000-0018868-4	020/2017	17ª CRS	12/2016	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	27 AIHs	06/03/17	
03/03/17	17/2000-0038956-6	021/2017	17ª CRS	01/2017	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	Crítérios de Bloqueios	01 AIH	06.03.2017	
27/01/17	17/2000-0018223-6	023/2017	17ª CRS	12/2016	Hospital de Campo Novo	Campo Novo	Crítérios de Bloqueios	01 AIH	08.03.2017	
03/03/17	17/2000-0038846-2	024/2017	17ª CRS	01/2017	Hospital de Campo Novo	Campo Novo	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	08.03.2017	
03/03/17	17/2000-0038994-9	025/2017	17ª CRS	01/2017	Hospital Bom Pastor	Santo Augusto	Crítérios de Bloqueio	Liberado 2 AIHs	13.03.2017	
03/03/17	17/2000-0038850-0	026/2017	17ª CRS	01/2017	Sociedade Beneficente de Condor	Condor	Crítérios de Bloqueio	Liberado 2 AIHs	15.03.2017	
03/03/17	17/2000-0038948-5	027/2017	17ª CRS	01/2017	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	Crítérios de Bloqueio	Liberado 23 AIHs	15.03.2017	
03/03/17	17/2000-0038962-0	028/2017	17ª CRS	01/2017	Hospital de Caridade de Crissiumal	Crissiumal	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 5 AIHs	17/03/17	
03/03/17	17/2000-0038977-9	029/2017	17ª CRS	01/2017	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 25 AIHs	22/03/17	
	141/5.15.0000492-4	074/2017	18ª CRS		Clinica Lavinsky Otorrinolaringologia LTDA	Porto Alegre			09/02/17	
02/01/17	17/2000-0000104-5	001/2017	19ª CRS	11/2017	Hospital de Caridade de Três Passos	Três Passos	Crítérios de Bloqueios	05 AIHs Liberadas sendo 01 AIH liberada	07/02/17	
02/01/17	17/2000-0000080-4	002/2017	19ª CRS	11/2017	Hospital Sao José	Rodeio Bonito	Crítérios de Bloqueios	Liberado 3 AIHs	13/02/17	
02/01/17	17/2000-0000070-7	003/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital Santa Terezinha	Palmitinho	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	08/02/17	
02/01/17	17/2000-0000046-4	004/2017	19ª CRS	11/2017	Hospital Divina Providência	Frederico Westphalen	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	14/02/17	
02/01/17	17/2000-0000050-2	005/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital ACLISA	Liberato Salzano	Crítérios de Bloqueios	Liberado 1 AIH	12/02/17	
02/01/17	17/2000-0000088-0	006/2017	19ª CRS	11/2016	Fundação Hospitalar Pio XII	Seberí	Crítérios de Bloqueios	Liberado 3 AIHs	07/02/17	
02/01/17	17/2000-0000074-0	007/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital Nossa Senhora Medianeira	Planalto	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	07/03/17	
02/01/17	17/2000-0000093-6	008/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital Santo Antônio	Tenente Portela	Crítérios de Bloqueios	Liberado 3 AIHs	07/03/17	
03/03/17	17/2000-0039424-1	009/2017	19ª CRS	1/2017	Hospital Santa Terezinha	Palmitinho	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	16/03/17	
03/01/17	17/2000-0000723-0	011/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital Divina Providência	Frederico Westphalen	Crítérios de Bloqueios	Liberado 2 AIHs	23/03/17	

03/01/17	17/2000-0000731-0	012/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital Santa Terezinha	Palmitinho	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 2 AIHs		23/03/17	
03/01/17	17/2000-0000749-3	014/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital de Caridade de Três Passos	Três Passos	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	30 AIHs sendo uma AIH com MP		23/03/17	
03/01/17	17/2000-0000746-9	015/2017	19ª CRS	11/2016	Hospital Santo Antônio	Tenente Portela	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	014 AIHs Liberadas sendo 01 AIH Glossada		23/03/17	
03/01/17	17/2000-0000741-8	016/2017	19ª CRS	11/2016	Fundação Hospitalar Pio XII	Seberi	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 3 AIHs		23/03/17	
03/03/17	17/2000-0039443-8	017/2017	19ª CRS	01/2017	Hospital São José	Rodeio Bonito	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 16 AIHs		28/03/17	
27/06/16	045962-20.00/16-6	141/2017	12ª CRS		Hospital de Caridade Santo Ângelo	Santo Ângelo	Auditorias de demandas da SES/Secretário - PGE	Devolver a PGE e encaminhar cópia do expediente ao CREMERS		03/04/17	
16/08/12	074971-20.00/12-4	142/2017	6ª CRS	x	Hospital Sao Vicente De Paula	Passo Fundo	reconsideração parapagamento de eaihs bloqueadas 2011	liberadas	x	03/-4/2017	Processo Judicial - Pagamento Cirurgia Bariátrica
21/09/15	096294-20.00/15-0	143/2017	9ª CRS		Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Defesa prestador - compra leito UTI	mantida conclusão e sugestão - Relatório Auditoria nº 1204/2015	x	04/04/17	
13/10/15	096452-20.00/15-4	151/2017	9ª CRS		Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Defesa prestador - compra leito UTI	mantida conclusão e sugestão - Relatório Auditoria nº 1203/2015	x	07/04/17	
23/02/17	17/2000-0035002-3	153/2017	1ª CRS	01/2017	Fundação Hospitalar São José	Cambará do Sul	Critérios de Bloqueios	MP – Mudança de Procedimento 01 AIH	x	07/04/17	
31/03/17	17/2000-0057881-4	152/2017	1ª CRS	02/2017	Hospital Sagrada Família	São Sebastião do Cai	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sequenciais;	Liberado 7 AIHs	x	06/04/17	
17/05/16	010838-20.00/16-3	150/2017	5ª CRS		Fundação Universitária de Caxias do Sul	Caxias do Sul	Auditoria de demanda do DAHA	Faturamento procedimento pelo convênio SUS		10/04/17	
14/01/15	014572-20.00/15-0	159/2017	9ª CRS		Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Defesa prestador - compra leito UTI	mantida conclusão e sugestão - Relatório Auditoria nº 1173/2015	X	11/04/17	
14/08/15	014107-20.00/16-7	154/2017	9ª CRS		Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Defesa prestador - compra leito UTI	mantida conclusão e sugestão - Relatório Auditoria nº 1183/2015	x	12/04/17	
10/04/17	139631-20.00/14-5	157/2017	1ª CRS	09/2014	Hospital Beneficente Sapiranguense	Sapiranga	Análise da defesa do prestador - relatório 214/2016	Manter conclusões do Relatório de Auditoria 214/2016.	x	12/04/17	
17/04/17	1722000-0057927-6	161/2017	2ª CRS	02/2017	Hospital de Caridade de São Jerônimo	São Jerônimo	OPM, Cirurgias Múltiplas e Sobreposto	Relatório 161/2017	x	17/04/17	
31/03/17	17/2000-00578520	164/2017	1ª CRS	02/2017	Hospital São Francisco de Assis	Parobe	OPM	Liberar 15 AIHs		18/04/17	
04/04/17	17/2000-0059916-1	165/2017	8ª CRS	02/2017	Hospital Victor Lang	Caçapava do Sul	Critérios de Bloqueios	Glosa (de quantas AIHs)		18/04/17	
31/03/17	17/2000-0057846-6	166/2017	1ª CRS	02/2017	Hospital Montenegro	Montenegro	Critérios de Bloqueios	Liberar		19/04/17	
31/03/17	172000-0057917-9	169/2017	2ª CRS	02/2017	Hospital Padre Jeremias	Cachoeirinha	Critérios de Bloqueios	liberar uma AIH		24/04/17	
31/03/17	172000-0057910-1	168/2017	1ª CRS	02/2017	Hospital Bom Jesus	Taquara	Critérios de Bloqueios	Glosar 2 AIHs; Liberar 12 AIHs (com glosa de OPMs e de diárias de UTI e/ou PMAior); Mudar Procedimento 18 AIHs	SIM	24/04/17	

21/06/17	16/2000-0036821-0	132/2017	16ª CRS	x	Hospital Estrela	Estrela	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Advertência	x	11/04/17	Sugerido: auditorias futuras, glosar AIHs com impropriedades e aplicar multa (Lei 11.867/2002)
23/01/17	17/2000-0014740-6	162/2017	17ª CRS	x	Hospital de Caridade de Ijuí	Ijuí	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Advertência e Multa	x	18/04/17	
30/03/17	17/2000-0056999-8	163/2017	13ª CRS	x	Hospital Vale do Sol	Vale do Sol	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Manifestação do Prestador e do Gestor Municipal	x	20/04/17	
31/03/17	17/2000-0057867-9	175/2017	1ª CRS	02/2017	Fundação Hospitalar de Rolante	Rolante	Critérios de Bloqueios	Glosa parcial em 2 AIHs e total de terceira AIH	x	26/04/17	
31/03/17	17/2000-0057934-9	145/2017	2ª CRS	02/2017	Instituto de Cardiologia - Hospital Viamão	Viamão	Instituto de Cardiologia - Hospital Viamão	Liberação de 27/27 AIHs (Critérios 'Multipla', 'OPM' e 'Sobreposto').	x	26/04/17	
24/04/17	17/2000-0070480-1	170/2017	3 CRS	x	Hospital Santa Casa Misericórdia e HU	Pelotas	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Ao município em GP	x	25/04/17	
24/04/17	17/2000-0070239-6	171/2017	3 CRS	x	Hospital Beneficência Portuguesa	Pelotas	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Ao município em GP	x	25/04/17	
24/04/17	17/2000-0070233-7	172/2017	1 CRS	x	Clinica Pró-Renal	Canoas	Auditorias de demandas da OUIDORIA/Denúncias	Ao município em GP	x	27/04/17	
28/04/14	063311-2000/14-7	182/2017	1ª crs	04/2014	Hospital Bom Pastor	Igrejinha	Critérios de Bloqueios	Manter conclusões do Relatório de Auditoria 1373/2015	x	02/05/17	
05/04/17	17/2000-0060421-1	181/2017	13 CRS	02/2017	Hospital Vale do Sol	Vale do Sol	Critérios de Bloqueios	MP - Mudança de Procedimento (de quantas AIHs)	x	27/04/17	

## Auditorias Contábeis Realizadas

DATA ABERTURA	Nº DO PROCESSO	Nº RELATÓRIO AUDITORIA	CRS	COMPETÊNCIA	PRESTADOR	MUNICÍPIO	OBJETO/OBJETIVO DA AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES	REINCIDENTE	DATA FINALIZAÇÃO
25/03/15	040422-20.00/15-3	001/2017	2012/2016	Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande	Rio Grande	Auditoria de demandas do MP				
03/10/16	16/2000-0076068-4	002/2017	2016	Associação Congregação Santa Catarina - Hospital Regina	Novo Hamburgo	Auditoria de demandas do MP				
17/10/14	095775-20.00/14-5	004/2017	2014	Hospital Beneficente São Vicente de Paulo	Osório	Auditoria Operacional ref. Solicitação de Auxílio	Documentação anexada ao proc. não esclarecem a inconformidade apontada no Parecer 01/2015.			13/04/17
17/10/12	118878-2000/12-1	003/2017	2013/2015	SMS de Viamão	Viamão	Auditorias de demandas do MP	Que seja verificado a forma de contratação dos prestadores citados nas constatações 5.13. e 5.14			16/05/17

## Auditorias Enfermagens Realizadas

DATA ABERTURA	Nº DO PROCESSO	Nº RELATÓRIO AUDITORIA	CRS	COMPETÊNCIA	PRESTADOR	MUNICÍPIO	OBJETO/OBJETIVO DA AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES	REINCIDENTE	DATA FINALIZAÇÃO
22/12/16	16/1000-0003615-7	2	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Auditorias de demandas do MP/Judicial	Recomendação de Pagamento			02/01/17
	16/1000-0003581-1	3	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial			02/01/17

22/12/16	16/1000-0003613-0	4	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
23/12/16	16/1000-0003622-0	5	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
	16/1000-0035623-8	6	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
22/12/16	16/1000-0003619-0	7	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
22/12/16	16/1000-0003617-3	8	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
23/12/16	16/1000-0003627-0	9	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
22/12/16	16/1000-0003618-1	10	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
22/12/16	16/1000-0003620-3	11	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
22/12/16	16/1000-0003612-2	12	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
22/12/16	16/1000-0003584-3	13	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
21/12/16	16/1000-0003692-0	14	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
26/12/16	16/1000-0003644-0	15	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
23/12/16	16/1000-0003630-0	16	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
19/12/16	16/1000-0003562-2	17	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	02/01/17
10/10/16	16/1000-0001685-7	20	2017	Hospital Ana Nery	Santa Cruz do Sul	Judicial	Glosa Parcial	03/01/17
19/07/16	16/1000-0000765-3	24	2017	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	04/01/17
28/11/16	16/1000-0002816-2	30	2017	Hospital São Vicente de Paula	Passo Fundo	Judicial	Glosa Parcial	06/01/17
16/12/16	16/1000-0003524-0	31	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	09/01/17
17/05/16	013965-20.00/16-0	32	2017	Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Compra de Leito	Recomendação de Pagamento	09/01/17

20/07/15	068229-20.00/14-9	33	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	09/01/17
03/07/15	009363-20.00/15-5	34	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	09/01/17
03/07/15	009351-20.00/15-8	35	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	09/01/17
20/10/15	113297-20.00/15-1	36	2017	Hospital Regina	Novo Hamburgo	Compra de Leito	Recomendação de Pagamento	09/01/17
19/12/15	014105-20.00/16-1	37	2017	Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Compra de Leito	Recomendação de Pagamento	09/01/17
14/10/15	112282-20.00/15-9	38	2017	Clinicamp	Pelotas	Judicial	Glosa Parcial	10/01/17
02/09/15	001172-10.00/15-6	39	2017	Hospital Mãe de Deus	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	11/01/17
25/10/15	000513-10.00/16-1	50	2017	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	17/01/17
09/09/14	112270-20.00/14-3	51	2017	Hospital São Lucas da PUCRS	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	18/01/17
05/01/17	17/2000-0003523-3	60	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	20/01/17
05/01/17	17/2000-0003516-0	66	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	24/01/17
25/11/16	16/1000-0002791-3	87	2017	Hospital São Francisco de Paula	Pelotas	Judicial	Glosa Parcial	27/01/17
02/02/15	000601-10.00/15-4	89	2017	Hospital São Vicente de Paula	Passo Fundo	Judicial	Glosa Parcial	27/01/17
11/01/17	16/1000-0002662-3	91	2017	Hospital Moinhos de Vento	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	31/01/17
13/07/16	17/1000-0000210-0	100	2017	Hospital São Francisco de Assis	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	07/02/17
06/01/17	16/2000-0043074-9	103	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	09/02/17
27/01/17	17/2000-0004214-0	104	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	13/02/17
27/01/17	17/1000-0000666-0	105	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	13/02/17
27/01/17	17/1000-0000665-2	106	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Liberação de pagamento total	13/02/17
19/07/16	16/1000-0000765-3	69	2017	Hospital Santa Luzia	Capão da Canoa	Judicial	Glosa Parcial	13/02/17
23/11/16	16/2000-0104198-3	107	2017	Prontomed	Santiago	Compra de Leito	Recomendação de Pagamento	14/02/17
27/07/16	16/1000-0000875-7	96	2017	Hospital São Lucas da Puc	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	14/02/17
07/02/16	17/2000-0024745-1	117	2017	Hospital Policlínica (CNES 3141330)	Passo Fundo	Compra de Leito	Recomendação de Pagamento	15/02/17
27/01/17	17/1000-0000664-4	109	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	15/02/17
27/01/17	17/1000-0000663-6	110	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Parcial	15/02/17
17/01/17	17/1000-0000661-0	113	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	16/02/17
27/01/17	17/1000-0000660-1	114	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	16/02/17

27/01/17	17/1000-0000657-1	116	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	20/02/17
27/01/17	17/1000-0000667-9	117	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Recomendação de Pagamento	20/02/17
16/11/16	16/2000-0099046-9	118	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santa Maria	Compra de Leito	Glosa Parcial	21/02/17
	021/1.1400112259	159	2017	Hospital São Vicente de Paula	Passo Fundo	Judicial	Glosa Parcial	07/03/17
26/10/16	16/1000-0001975-9	160	2017	Hospital do Circulo Caxiense	Caxias do Sul	Judicial	Glosa Parcial	27/03/17
30/11/16	16/1000-0002921-5	161	2017	Hospital São Vicente de Paulo	Passo Fundo	Judicial	Glosa Parcial	28/03/17
18/01/16	17/1000-0000453-6	164	2017	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	30/03/17
30/08/16	16/2000-0058943-8	163	2017	Hospital Bruno Born	Lajeado	Judicial	Glosa Parcial	31/03/17
12/07/16	16/2000-0042899-0	165	2017	Hospital de Caridade de Santiago	Santiago	Compra de Leito	Glosa Parcial	15/03/17
01/08/16	16/2000-0047857-1	167	2017	Hospital Cidade	Passo Fundo	Judicial	Glosa Parcial	17/03/17
25/08/15	101192-20.00/15-9	162	2017	Santa Casa POA	Porto Alegre	Judicial	Glosa Parcial	26/04/17
12/12/16	16/1000-0003324-7	171	2017	Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo	Santa Maria	Judicial	Glosa Total	06/04/17
99	17/1000-0000551-6	168	2017	Clinica Lavinski	Porto Alegre	Judicial	Glosa Total	18/04/17
09/02/17	17/1000-0000966-0	177	2017	Santa Casa POA	Porto Alegre	Judicial	Glosa Total	17/04/17
27/01/17	17/2000-0018399-2	131	2017	Hospital Regina	Novo Hamburgo	Compra de Leito	Liberação de Pagamento Total	x 22/03/17
21/08/15	100889-20.00/15-6	211	2017	São José de Arroio do Meio	Arroio do Meio	Judicial	Glosa Parcial	30/03/17
09/03/17	005914-20.00/17-5	214	2017	Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Compra de Leito	Glosa Total	30/03/17
21/08/15	100824-20.00/15-1	218	2017	Hospital Tacchini	Bento Gonçalves	Compra de Leito	Glosa Parcial	03/04/17
29/04/16	000750-10.00/16-7	226	2017	Hospital Estrela	Lajeado	Judicial	Glosa Parcial	20/04/17
08/08/16	014100-20.00/16-8	231	2017	Hospital Santa Lucia	Cruz Alta	Compra de Leito	Liberação de Pagamento Total	24/04/17
01/02/17	17/2000-0021677-7	219	2017	Hospital Regina	Novo Hamburgo	Judicial	Glosa Parcial	25/04/17

#### 4 OFERTA E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA REDE ASSISTENCIAL PRÓPRIA, CONTRATADA E CONVENIADA, COTEJANDO ESSES DADOS COM OS INDICADORES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SEU ÂMBITO DE ATUAÇÃO

##### A) REDE FÍSICA DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

Tipo de estabelecimento	total	Tipo de gestão		
		Municipal	Estadual	Dupla
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	517	474	19	24
CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL	6	4	1	1
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	14	12	2	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	5	3	1	1
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	25	25	0	0
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	11	8	3	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	201	177	7	17
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	1894	1818	1	75
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	647	388	146	115
CONSULTORIO ISOLADO	237	222	7	8
FARMACIA	62	57	1	4
HOSPITAL ESPECIALIZADO	14	10	2	2
HOSPITAL GERAL	291	83	37	171
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	4	2	1	1
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	2	2	0	0
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	16	9	5	2
OFICINA ORTOPEDICA	2	2	0	0
POLICLINICA	249	72	41	136
POLO ACADEMIA DA SAUDE	151	150	0	1
POLO DE PREVENCAO DE DOENCAS E AGRAVOS E PROMOCAO DA SAUDE	4	4	0	0
POSTO DE SAUDE	695	687	0	8
PRONTO ATENDIMENTO	50	31	0	19
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	1	1	0	0
PRONTO SOCORRO GERAL	12	7	0	5
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)	1	1	0	0
TELESSAUDE	1	1	0	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	1157	752	216	189
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	13	11	0	2
UNIDADE DE ATENCAO EM REGIME RESIDENCIAL	1	1	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	43	42	0	1
UNIDADE MISTA	17	5	0	12
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	242	151	50	41
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	1	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	63	56	2	5
<b>Total</b>	<b>6649</b>	<b>5267</b>	<b>542</b>	<b>840</b>



Fonte: SARGSUS. Acesso em 19/05/2017.





Fonte: SARGSUS. Acesso em 19/05/2017.

### Justificativa da dupla gestão

Conforme o Manual do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) o termo Gestão identifica com qual gestor (estadual ou municipal) o estabelecimento tem contrato/convênio e quem é responsável pelo cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados ao SUS.

Estabelecimentos cadastrados como gestão dupla estão sob gestão estadual na prestação de serviços de média e alta complexidade, mas realizam também ações de atenção básica sob gestão municipal.

### Análise e considerações

A rede de prestadores de serviços ao SUS, conforme dados gerados pelo SARGSUS, é constituída de 6.649 estabelecimentos de diferentes tipos.

Considerando a natureza jurídica dos estabelecimentos aproximadamente 70% são públicos, incluindo-se os classificados como outros (associação pública) e 30% são privados. Considerando o tipo de gestão 79% dos estabelecimentos estão sob gestão municipal, 13% sob gestão dupla e 8% sob gestão estadual.

Até a competência abril de 2017 um total de 145 municípios detinha a gestão de todos os estabelecimentos de saúde localizados em seus territórios e dentre estes, 62 municípios possuem estabelecimentos hospitalares. Outro grupo de 33 municípios detinha a gestão de todos os estabelecimentos ambulatoriais. Um terceiro grupo de 115 municípios detinha a gestão de um ou mais prestadores ambulatoriais.

## B) DADOS E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS SIA E SIH

### Produção da Atenção Básica

**Quadro 2.** Produção da Atenção Básica, por grupo de procedimento e complexidade (por local de atendimento, quantidade aprovada), 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

	1º Quadrimestre de 2015	1º Quadrimestre de 2016	3º Quadrimestre de 2016	1º Quadrimestre de 2017*
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	5.985.860	5.466.880	6.980.506	6.758.692
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	2.424.262	2.757.948	1.162.871	912.740
03 Procedimentos clínicos	15.745.052	11.947.165	13.692.203	11.903.589
04 Procedimentos cirúrgicos	1.129.241	837.276	1.926.586	2.175.167
08 Ações complementares de atenção à saúde	6.852	7.482	7.100	6.029
<b>TOTAL</b>	<b>25.291.267</b>	<b>21.016.751</b>	<b>23.769.266</b>	<b>21.756.217</b>

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS). Acesso em 18/05/2017. Data da última atualização: 08/05/17. Situação da base de dados nacional em 29/04/2016. Dados de janeiro de 2015 até março de 2016 sujeitos a retificação. \*Projeção por média simples para o mês de abril/2017.

Os dados apresentados são oriundos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), cuja base de dados do DATASUS/Ministério da Saúde contém a totalidade dos procedimentos realizados pelos serviços de saúde dos municípios. Ressalta-se que os dados do 1º quadrimestre de 2017 são preliminares, considerando a produção contabilizada para os meses de janeiro, fevereiro e março e projeção simples para o mês de abril. Importante mencionar ainda, que os dados são sujeitos à retificação pelo Sistema de Informação e que a análise da produção da Atenção Básica será mais precisa no momento em que for disponibilizada no SIA/SUS a produção efetiva do mês de abril de 2017.

O grupo de procedimentos da complexidade Atenção Básica (AB) é composto por: ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos e ações complementares de atenção à saúde. Dessa forma, conforme se observa no 1º quadrimestre de 2017, a produção total da Atenção Básica foi de

21.756.217 ações e procedimentos, com destaque para o grupo de procedimentos clínicos, que em todos os períodos analisados apresentou a maior produção.

Com relação às ações de promoção e prevenção em saúde, observa-se que as mesmas totalizaram 6.758.692 no 1º quadrimestre de 2017, resultado superior ao do 1º quadrimestre de 2016 (5.466.880). No que diz respeito aos procedimentos com finalidade diagnóstica, obteve-se 912.740 no 1º quadrimestre de 2017, resultado inferior aos demais quadrimestres.

Quanto aos procedimentos cirúrgicos, a produção atingiu o quantitativo de 2.175.167 no 1º quadrimestre de 2017, sendo um resultado bastante superior aos demais quadrimestres analisados. Já em relação às ações complementares de atenção à saúde, obteve-se um total de 6.029 ações no 1º quadrimestre de 2017, valor inferior aos demais quadrimestres em comparação.

De forma geral, a produção total apresentada neste quadrimestre é próxima ao 1º quadrimestre de 2016. Observa-se uma diminuição nos procedimentos com finalidade diagnóstica, cujas ações dependem da oferta de insumos, equipamentos e estrutura física do estabelecimento de saúde. Além disso, é possível observar um aumento importante nos procedimentos cirúrgicos, que compreendem um conjunto de procedimentos ambulatoriais esperados para o nível primário de atenção, incluindo procedimentos de saúde bucal.

Cabe enfatizar que a partir da implantação do sistema e-SUS, ao se contabilizar os dados de forma automática, possíveis erros e valores subestimados/superestimados da produção ambulatorial tendem a ser minimizados quando comparados ao registro em fichas de papel. Salientamos também que a diminuição na produção total em relação a 2015 e 2016, pode ser decorrente de problemas de transmissão de dados das equipes que possuem sistema e-SUS, cujas produções ambulatoriais passaram a ser exportadas diretamente deste sistema para o SIA/SUS. Há que se considerar ainda os atrasos nos repasses de recursos e as dificuldades de financiamento nos níveis federal e estadual, que impactam de forma importante nos serviços prestados pela Atenção Básica.

### **Produção de Urgência e Emergência por Grupos de Procedimentos**

**Quadro 3.** Quantitativo Físico da Produção Ambulatorial de Urgência, Complexidade Média, Alta e Não se aplica, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

	1º Quadrimestre de 2015	1º Quadrimestre de 2016	3º Quadrimestre de 2016	1º Quadrimestre de 2017*
02 Procedimentos	164.211	159.394	199.143	285.073

com finalidade diagnóstica				
03 Procedimentos clínicos	81.930	85.541	150.441	373.889
04 Procedimentos cirúrgicos	130.337	148.096	137.845	145.823
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	1.170	1.122	1.407	1.272
07 Órteses, próteses e materiais especiais	780	617	713	711
08 Ações complementares da atenção à saúde	94	3.032	642	789
<b>TOTAL</b>	<b>378.522</b>	<b>397.802</b>	<b>490.191</b>	<b>807.557</b>

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta a produção ambulatorial de urgência, de complexidade média e alta, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos, transplantes, órteses, próteses e materiais especiais e ações complementares (deslocamento e ajuda de custo para tratamento em outro município), da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o total da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi maior que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) do Ministério da Saúde permite alterações até quatro meses após a data de atendimento do usuário.

**Quadro 4.** Quantitativo Financeiro da Produção Ambulatorial de Urgência, Complexidade Média, Alta e Não se aplica, Financiamento Média a Alta Complexidade e FAEC, por grupo de Procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	1º Quadrimestre de 2015	1º Quadrimestre de 2016	3º Quadrimestre de 2016	1º Quadrimestre de 2017*
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	7.226.260,90	7.435.920,84	7.894.888,82	7.949.684,84
03 Procedimentos clínicos	3.737.526,66	3.753.357,20	4.526.333,82	5.654.748,83
04 Procedimentos cirúrgicos	3.935.071,15	4.293.527,83	3.955.141,87	4.248.536,21
05 Transplantes de órgãos tecidos e	267.627,50	253.172,02	303.453,67	264.902,41

células				
07 Órteses, próteses e materiais especiais	450.590,55	419.193,11	482.169,25	492.900,53
08 Ações complementares da atenção à saúde	465,30	15.015,30	3.191,70	3.907,20
<b>TOTAL</b>	<b>15.617.542,06</b>	<b>16.170.186,30</b>	<b>17.165.179,13</b>	<b>18.614.680,03</b>

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro acima apresenta o valor financeiro da produção ambulatorial de urgência, de complexidade média e alta, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos, transplantes, órteses, próteses e materiais especiais e ações complementares (deslocamento e ajuda de custo para tratamento em outro município), da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o valor financeiro da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi maior que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Ambulatoriais do Ministério da Saúde permite alterações até quatro meses após a data de atendimento do usuário.

**Quadro 5.** Quantitativo Físico da Produção Hospitalar de Urgência, Complexidade Média, Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	1º Quadrimestre de 2015	1º Quadrimestre de 2016	3º Quadrimestre de 2016	1º Quadrimestre de 2017*
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	296	289	302	157
03 Procedimentos clínicos	178.472	138.488	132.960	78.904
04 Procedimentos cirúrgicos	71.057	58.271	56.754	32.307
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	1.567	1.143	925	691
<b>TOTAL</b>	<b>251.392</b>	<b>198.191</b>	<b>190.941</b>	<b>112.059</b>

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta a produção hospitalar de urgência, de complexidade média e alta, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos e transplantes, da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o total da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi menor que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016. O decréscimo da produção no primeiro quadrimestre de 2017 deve-se à falta de carga dos dados de internação no sistema de disseminação de dados do DATASUS na competência março/2017. O Sistema deverá registrar estes dados quando da liberação dos próximos arquivos de tabulação.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde permite alterações até seis meses após a data de alta do usuário.

**Quadro 6.** Quantitativo Financeiro da Produção Hospitalar de Urgência, Complexidade Média, Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

<b>GRUPO DE PROCEDIMENTOS</b>	<b>1º Quadrimestre de 2015</b>	<b>1º Quadrimestre de 2016</b>	<b>3º Quadrimestre de 2016</b>	<b>1º Quadrimestre de 2017*</b>
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	351.688,66	402.573,47	487.222,60	208.064,33
03 Procedimentos clínicos	131.062.915,08	133.463.447,43	129.302.595,01	64.818.364,95
04 Procedimentos cirúrgicos	113.438.506,28	113.680.857,81	112.688.685,92	49.919.588,49
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	12.583.571,78	14.515.290,78	11.560.279,33	6.533.612,64
<b>TOTAL</b>	<b>257.436.681,80</b>	<b>262.062.169,49</b>	<b>254.038.782,86</b>	<b>121.479.630,41</b>

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta o valor financeiro da produção hospitalar de urgência, de complexidade média e alta, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos e transplantes, da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o valor financeiro da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi menor que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016. O decréscimo do valor financeiro da produção no primeiro quadrimestre de 2017 deve-se à falta de carga dos dados de internação no sistema de disseminação de dados do DATASUS na competência março/2017. O Sistema deverá registrar estes dados quando da liberação dos próximos arquivos de tabulação.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde permite alterações até seis meses após a data de alta do usuário.

### **Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização**

**Quadro 7.** Produção de Atenção Psicossocial, por forma de organização (030108 Atendimento/Acompanhamento Psicossocial - SIA), 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

1º Quadrimestre de 2015		1º quadrimestre de 2016		3º quadrimestre de 2016		1º quadrimestre de 2017*	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor (R\$)
224.108	R\$225.584,58	211.889	R\$170.431,94	284.533	R\$208.574,49	258.579	R\$188.164,56

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAS/SES/RS. Acesso em 11/05/2017. \*Estimativa por média simples para o mês de abril de 2017.

A coleta de dados sobre Produção de Atenção Psicossocial (considerando o Atendimento/Acompanhamento Psicossocial - 030108) foi realizada segundo a forma de organização, a quantidade e o valor aprovados e a seleção dos dados contidos no consolidado do 1º quadrimestre de 2017, com dados de janeiro a março e estimativa por média simples para o mês de abril de 2017.

Os resultados da Produção da Atenção Psicossocial revelam que a produção ambulatorial do primeiro quadrimestre de 2017 (258.579 atendimentos), apesar de ter apresentado uma diminuição de 9,12% em relação ao último quadrimestre de 2016 (284.533), apresentou aumento de 18,1% em relação ao mesmo período analisado (janeiro a abril) do ano de 2016 (211.889 atendimentos) e aumento de 13,3% em relação ao primeiro quadrimestre do ano de 2015 (224.108 atendimentos). Estes resultados sugerem um caráter sazonal dos atendimentos da Rede de Atenção Psicossocial, com maior procura pelos serviços nos últimos meses do ano. Cabe

destacar ainda que os dados do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) podem ainda sofrer alterações - no quantitativo e valor - até quatro meses após a digitação das informações.

**Quadro 8.** Produção de Atenção Psicossocial, por forma de organização (030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais - SIH), 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

1º Quadrimestre de 2015		1º quadrimestre de 2016		3º quadrimestre de 2016		1º quadrimestre de 2017	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
13.227	R\$10.606.877,37	12.605	R\$10.566.215,94	13.201	R\$10.987.045,87	10.456	R\$8.450.170,47

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAS/SES/RS. Acesso em 11/05/2017. \*Estimativa por média simples para o mês de abril de 2017.

A coleta de dados referente às internações para tratamento dos transtornos mentais e comportamentais (030317) foi realizada considerando a forma de organização, as Autorizações de Internações Hospitalares (AIH's) aprovadas e o valor total no consolidado do 1º quadrimestre de 2017, com dados de janeiro a março e estimativa por média simples para o mês de abril.

Em relação às internações para tratamento dos transtornos mentais e comportamentais do 1º quadrimestre de 2017 (10.456 AIH's aprovadas), estas atingiram 79,2% das internações do 3º quadrimestre de 2016 (13.201 AIH's aprovadas), 83,0% do 1º quadrimestre de 2016 (12.605 AIH's aprovadas) e 79,1% do 1º quadrimestre de 2015 (13.227 AIH's aprovadas). A diminuição do número de internações é um indicador importante para avaliar a eficiência do atendimento na rede básica e ambulatorial. Além disso, as informações do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) podem sofrer alterações até seis meses após a digitação das informações. Nesse sentido, as informações são parciais e preliminares para o período analisado.

### **Produção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimento**

**Quadro 9.** Quantitativo Físico da Produção Ambulatorial de Complexidade Média, Alta, Órteses, Próteses e Materiais Ambulatoriais e Tratamento Fora do Domicílio, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	1º Quadrimestre de 2015	1º Quadrimestre de 2016	3º Quadrimestre de 2016	1º Quadrimestre de 2017*
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	297.791	395.393	340.803	711.351



02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	14.844.088	14.878.166	15.187.873	14.637.012
03 Procedimentos clínicos	11.832.094	12.601.984	13.134.908	12.814.391
04 Procedimentos cirúrgicos	376.118	404.141	414.169	409.039
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	38.332	41.735	33.839	34.689
07 Órteses, próteses e materiais especiais	35.829	33.383	38.136	39.136
08 Ações complementares da atenção à saúde	661.190	735.695	745.945	695.403
<b>TOTAL</b>	<b>28.085.442</b>	<b>29.090.497</b>	<b>29.895.673</b>	<b>29.341.020</b>

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta a produção ambulatorial de complexidade média e alta, de urgência e eletiva, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos, transplantes, órteses, próteses e materiais especiais e ações complementares (deslocamento e ajuda de custo para tratamento em outro município), da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o total da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi maior que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e semelhante ao terceiro quadrimestre de 2016.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Ambulatoriais do Ministério da Saúde permite alterações até quatro meses após a data de atendimento do usuário.

**Quadro 10.** Quantitativo Financeiro da Produção Ambulatorial de Complexidade Média, Alta, Órteses, Próteses e Materiais Ambulatoriais e Tratamento Fora do Domicílio, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

<b>GRUPO DE PROCEDIMENTOS</b>	<b>1º Quadrimestre de 2015</b>	<b>1º Quadrimestre de 2016</b>	<b>3º Quadrimestre de 2016</b>	<b>1º Quadrimestre de 2017*</b>
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	120.586,16	97.149,72	113.863,62	108.232,40
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	131.274.521,65	132.115.696,12	136.843.376,15	130.020.206,32

03 Procedimentos clínicos	199.233.556,14	203.052.091,67	209.047.175,20	204.557.710,20
04 Procedimentos cirúrgicos	16.817.884,72	16.876.993,61	17.383.100,16	16.915.194,01
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	6.829.260,14	7.391.732,33	5.412.019,55	6.032.264,84
07 Órteses, próteses e materiais especiais	11.296.462,35	12.274.976,25	14.262.735,26	12.987.906,37
08 Ações complementares da atenção à saúde	3.337.043,25	3.665.487,30	3.728.561,05	3.469.249,80
<b>TOTAL</b>	<b>368.909.314,41</b>	<b>375.474.127,00</b>	<b>386.790.830,99</b>	<b>374.090.763,95</b>

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta o valor financeiro da produção ambulatorial de complexidade média e alta, de urgência e eletiva, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos, transplantes, órteses, próteses e materiais especiais e ações complementares (deslocamento e ajuda de custo para tratamento em outro município), da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o valor financeiro total da produção do primeiro quadrimestre de 2017 apresentou pequena variação em relação aos primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Ambulatoriais do Ministério da Saúde permite alterações até quatro meses após a data de atendimento do usuário.

**Quadro 11.** Quantitativo Físico da Produção Hospitalar de Complexidade Média, Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

<b>GRUPO DE PROCEDIMENTOS</b>	<b>1º Quadrimestre de 2015</b>	<b>1º Quadrimestre de 2016</b>	<b>3º Quadrimestre de 2016</b>	<b>1º Quadrimestre de 2017*</b>
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	624	729	777	475
03 Procedimentos clínicos	152.417	149.615	143.512	84.825
04 Procedimentos cirúrgicos	98.542	94.721	94.514	54.156
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	1.983	1.873	1.680	1.121
<b>TOTAL</b>	<b>253.566</b>	<b>246.938</b>	<b>240.483</b>	<b>140.577</b>

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. Acesso em 26/05/17. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta a produção hospitalar de complexidade média e alta, de urgência e eletiva, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos e transplantes, da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o total da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi menor que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016. O decréscimo da produção no primeiro quadrimestre de 2017 deve-se à falta de carga dos dados de internação no sistema de disseminação de dados do DATASUS na competência março/2017. O Sistema deverá registrar estes dados quando da liberação dos próximos arquivos de tabulação.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde permite alterações até seis meses após a data de alta do usuário.

**Quadro 12.** Quantitativo Financeiro da Produção Hospitalar de Complexidade Média, Alta, Financiamento Média e Alta Complexidade e FAEC, por grupo de procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

GRUPO DE PROCEDIMENTOS	1º Quadrimestre de 2015	1º Quadrimestre de 2016	3º Quadrimestre de 2016	1º Quadrimestre de 2017*
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	630.398,54	678.102,14	814.951,69	404.457,81
03 Procedimentos clínicos	139.776.466,97	142.664.212,96	137.761.248,76	69.041.809,03
04 Procedimentos cirúrgicos	183.267.834,58	175.447.318,84	172.200.990,61	83.306.685,63
05 Transplantes de órgãos tecidos e células	18.959.810,15	20.927.788,99	18.078.199,66	8.543.048,87
<b>TOTAL</b>	<b>342.634.510,24</b>	<b>339.717.422,93</b>	<b>328.855.390,72</b>	<b>161.296.301,33</b>

Fonte: SIH/TABWIN/DATASUS. Tabulação: DAHA/SES/RS. \*Dados preliminares, projeção por média simples para o mês de abril.

O quadro apresenta o valor financeiro da produção hospitalar de complexidade média e alta, de urgência e eletiva, realizada nos primeiros quadrimestres de 2015, 2016 e 2017 e terceiro quadrimestre de 2016, por grupo de procedimentos diagnósticos, clínicos, cirúrgicos e transplantes, da Tabela de Procedimentos do SUS.

Comparando-se os dados por quadrimestres verifica-se que o valor financeiro da produção do primeiro quadrimestre de 2017 foi menor que os primeiros quadrimestres de 2015 e 2016 e terceiro quadrimestre de 2016. O decréscimo do valor financeiro da produção no primeiro quadrimestre de 2017 deve-se à falta de carga dos dados de internação no sistema de disseminação de dados do DATASUS na competência março/2017. O Sistema deverá registrar estes dados quando da liberação dos próximos arquivos de tabulação.

Os dados de 2016 e 2017 ainda podem sofrer modificação, conforme divulgação pelo DATASUS, dos próximos arquivos de produção, tendo em vista que o Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde permite alterações até seis meses após a data de alta do usuário.

### **Produção da Assistência Farmacêutica (Especializada)**

Os medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica referem-se a doenças raras, de baixa prevalência ou de uso crônico prolongado com alto custo unitário, e estão dividido em grupo 1 (financiamento ou aquisição pela União), subdividido em grupo 1A (compra centralizada pela União, e reposição através da comprovação de dispensação por Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo - APAC); grupo 1B (compra pelo Estado e ressarcimento pela União, com apresentação de APAC); e grupo 2 (financiamento e aquisição pelo Estado, sem ressarcimento da União).

**Quadro 13.** Produção da Assistência Farmacêutica, por subgrupo de procedimento, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 2º e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

<b>0604 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica</b>	<b>Quantidade Aprovada</b>	<b>Valor Aprovado</b>
1º Quadrimestre de 2017	13.707.483	7.511.383,41
3º Quadrimestre de 2016	13.146.688	7.034.514,09
2º Quadrimestre de 2016	10.857.027	6.651.809,46
1º Quadrimestre de 2016	9.203.375	5.468.417,10
1º Quadrimestre de 2015	11.811.123	6.358.080,54

Fonte: SIA/TABWIN/TABNET/DATASUS. Tabulação: CPAF/SES/RS. Acesso em: 24.05.2017. \*Para o mês de abril foi realizada média simples dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017.

O quadro acima apresenta a "quantidade aprovada", correspondente ao total de unidades farmacêuticas (comprimidos, ampolas, entre outros) dispensadas aos usuários no referido período, e o "valor aprovado", corresponde a quantia financeira repassada pela União, expressando o valor ressarcido apenas de medicamentos especializados do Grupo 1B, (compra

pelo Estado e ressarcimento pela União, com apresentação de APAC, de acordo com a Portaria GM/MS 1.554, de 2013.

Observa-se que no 1º Quadrimestre de 2017 houve um aumento da quantidade e do valor aprovados. Ressalta-se também que a contribuição da União não é linear, pois os valores repassados pelo Ministério da Saúde dependem da tabela SIA/SUS, e da demanda atendida, podendo variar de um período para o outro.

### **Produção da Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos**

**Quadro 14.** Produção da Vigilância em Saúde, por Grupo de Procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

<b>GRUPO DE PROCEDIMENTOS</b>	<b>1º Quadrimestre de 2015</b>	<b>1º Quadrimestre de 2016</b>	<b>3º Quadrimestre de 2016</b>	<b>1º Quadrimestre de 2017*</b>
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	266.072	363.322	302.794	507.092
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	37.091	43.018	44.410	30.376
<b>TOTAL</b>	<b>303.163</b>	<b>406.340</b>	<b>347.204</b>	<b>327.366</b>

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: CEVS/SES/RS. Acesso em 24/05/2017. \*Dados parciais e preliminares, considerando apenas os meses de janeiro a março de 2017.

O processo de alimentação do SIA/SUS com registros referentes à Vigilância em Saúde compreende procedimentos de Vigilância Sanitária (VISA) e de Vigilância em Saúde do Trabalhador, no grupo 01 - Ações de promoção e prevenção em saúde, e Vigilância Epidemiológica e Ambiental, no grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica.

A produção da Vigilância em Saúde apresentada dados parciais e preliminares, considerando apenas os meses de janeiro a março de 2017, uma vez que os dados de abril não estavam disponíveis. Além disso, o resultado apresenta-se comprometido, pois o município de Portão informou a realização de 210.102 inspeções nos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária (procedimento de código nº 0102010170), o que sugere um equívoco na alimentação do sistema. Assim a produção do 1º quadrimestre de 2017 desse município não foi considerada na produção total do Estado. Será encaminhada uma solicitação para retificação da informação no SIA/SUS ao município, a fim de que os dados corretos sejam apresentados no relatório do 2º quadrimestre de 2017.

**Quadro 15.** Valor da produção de Vigilância em Saúde, por Financiamento da Vigilância em Saúde, Grupo de Procedimentos, 1º quadrimestres de 2015-2017 e 3º quadrimestre de 2016, Rio Grande do Sul.

<b>GRUPO DE PROCEDIMENTOS</b>	<b>1º Quadrimestre de 2015</b>	<b>1º Quadrimestre de 2016</b>	<b>3º Quadrimestre de 2016</b>	<b>1º Quadrimestre de 2017*</b>
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	21.826,00	5,00	5,00	54,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.826,00</b>	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>	<b>54,00</b>

Fonte: SIA/TABWIN/DATASUS. Tabulação: CEVS/SES/RS. Acesso em 24/05/2017. \*Dados parciais e preliminares, considerando apenas os meses de janeiro a março de 2017.

Em relação aos valores da produção apresentados no quadro 15, devido ao financiamento da Vigilância em Saúde ser realizado por bloco de recursos específicos, os procedimentos gradativamente foram retirados da tabela unificada de procedimentos do Sistema Único de Saúde, ou, quando mantidos, passaram a apresentar valores residuais. Dessa forma, no 1º quadrimestre de 2017 consta apenas o valor pouco expressivo de cinquenta e quatro reais.

### C) INDICADORES PASSÍVEIS DE APURAÇÃO QUADRIMESTRAL

Para o monitoramento dos indicadores trimestrais, os Departamentos e Políticas da SES/RS calcularam o resultado dos indicadores passíveis de apuração mensal e trimestral, para o 1º trimestre de 2017, conforme a Ficha de Indicadores da Pactuação Interfederativa 2017-2021, e os Indicadores pactuados somente para o estado do Rio Grande do Sul (Indicador RS). Salienta-se que alguns dos resultados disponibilizados são preliminares e parciais do período.

Indicador 02	Resultado 1º Trimestre	Resultado 2º Trimestre	Resultado 3º Trimestre	Meta Anual
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	38%			100%

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

#### Discussão e análise

Esse indicador permite detectar casos de óbitos maternos não declarados ou descartá-los. Possibilita também identificar fatores determinantes que originaram esse tipo de óbito com o objetivo de apoiar medidas para evitar a ocorrência de eventos similares.

Considerando que a investigação de mortalidade é um indicador de encerramento tardio (não só pela adequação do banco de dados por residência da mulher, mas pelos prazos previstos de investigação), pode-se dizer que o fechamento do mesmo e a sua análise completa ocorrerá num período superior ao de publicação do relatório. Na data de acesso ao banco de dados, o Rio Grande do Sul apresentava 668 óbitos de mulheres em idade fértil ocorridos em 2017, destes 252 (aproximadamente 38%) já foram investigados. Contudo, a maioria dos óbitos do 1º trimestre está dentro do prazo de investigação (60 dias para digitação e mais 120 dias para a investigação). Dessa forma, também se pode afirmar, até o momento, que as regiões de saúde com o menor percentual de investigação (0%) são: R2, R19, R20, R24 e R25. Já as com o maior percentual são ( $\geq 50\%$ ): R04, R10, R14, R17, R18, R22 e R27.

A investigação do óbito é de execução municipal ou regional, entretanto, para aprimorar o processo de investigação, o nível central do Estado trabalha no apoio às Coordenadorias Regionais de Saúde e atua de forma constante no monitoramento dos prazos

**Quadro 16.** Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	6		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	0		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	18		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	56		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	18		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	12		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	44		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	35		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	31		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	55		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	39		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	40		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	29		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	57		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	8		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	38		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	50		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	50		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	0		
Região de Saúde 21 - Região Sul	40		
Região de Saúde 22 - Pampa	85		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	49		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	38		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	50		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	45		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	43		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	29		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>38</b>		

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador 03	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	-			95%
<b>Discussão e análise</b>				
<p>Conforme consta na ficha de qualificação dos indicadores da Pactuação Interfederativa 2017-2021, o 1º quadrimestre do ano é avaliado na primeira semana do mês de julho; o 2º, na primeira semana de novembro; e o 3º, na primeira semana do mês de março do ano subsequente. Desta forma, os dados da avaliação do 1º quadrimestre serão apresentados no 2º RQDA e os dados do 2º quadrimestre serão apresentados no 3º RQDA/RAG 2017.</p>				



Indicador 05	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	74%			70%

### Discussão e análise

A meta de encerrar oportunamente 70% das notificações de DNCI foi atingida no 1º quadrimestre de 2017. No entanto, observamos que 11 das 30 regiões de saúde tiveram resultados abaixo da meta. Dentre as ações em curso para melhoria destes resultados estão: o apoio aos municípios para exclusão de notificações inseridas indevidamente no banco de dados Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), como as dos agravos Influenza Humana produzida por novo subtipo viral e Raiva Humana; e a interlocução semanal com as Áreas Técnicas do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) e Coordenadorias Regionais de Saúde para apoiar o encerramento pelos municípios das notificações em aberto. As regiões de saúde R6, R16, 24 e 27 não tiveram nenhum caso de DNCI notificado no período, pois apesar de os agravos considerados neste indicador serem de alta magnitude e relevância nessas regiões de saúde apresentam baixa incidência (Quadro 17).

**Quadro 17.** Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	75		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	50		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	100		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	100		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	50		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	-		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	67		
Região de Saúde 8 - Vale do Caí Metropolitana	33		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	50		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	80		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	86		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	80		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	100		

Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	92		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	100		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	-		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	80		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	50		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	60		
Região de Saúde 21 - Região Sul	50		
Região de Saúde 22 - Pampa	100		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	67		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	-		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	67		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	100		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	-		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	86		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	50		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	100		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>74</b>		

Fonte: SINAN/DVE/CEVS/SES. Acesso: 22/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS. - Regiões de saúde sem casos notificados.

Indicador 11	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,1*			0,55
<p>Fonte: SIA/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS. *Dado preliminar e parcial (apenas os meses de janeiro a março de 2017).</p> <p><b>Discussão e análise</b></p> <p>O monitoramento desse indicador tem o objetivo de avaliar o acesso a exames preventivos para o câncer do colo do útero na população feminina, faixa etária de 25 a 64 anos. A rotina preconizada no rastreamento brasileiro, conforme diretrizes do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer (INCA), consiste na repetição do exame de Papanicolau a cada três anos em mulheres de 25 a 64 anos.</p> <p>Observa-se que no primeiro quadrimestre de 2017 a razão de exames citopatológicos no Estado foi de 0,1 (101.215 exames). No entanto, ressalta-se que até a data de coleta dos dados o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/DATASUS) não havia computado o mês de abril. Dentre as regiões de saúde com os maiores valores para este indicador (<math>\geq 0,15</math>) destacam-se: R4, R15, R16, R18 e R20. Já as regiões com os menores indicadores (<math>\leq 0,07</math>)</p>				

foram: R1, R12, R13, R21 e R22, conforme se observa abaixo (Quadro 18).

Ressalta-se que o Rio Grande do Sul trabalha para a implantação efetiva do SISCAN (Sistema de Informações do Câncer), com ênfase na capacitação e incentivo à adesão dos grandes municípios que ainda não utilizam tal sistema. Outras ações importantes referem-se à elaboração do Plano de Ação Estadual de Oncologia (que visa organizar essa rede) e o processo de qualificação laboratorial para todo o Estado, enfatizado por meio da Portaria GM/MS nº 3.388, de 30 dezembro de 2013, que redefine a Qualificação Nacional em Citopatologia (QualiCito), na prevenção do câncer do colo do útero no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Por fim, destacam-se como ações realizadas no primeiro quadrimestre de 2017 a organização do grupo de trabalho voltado para a elaboração de um novo chamamento público para os laboratórios de análise de citopatologia, o curso de capacitação para utilização do SISCAN aberto aos municípios e a capacitação do SISCAN voltado para os prestadores.

**Quadro 18.** Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017*	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	0,07		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	0,13		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	0,09		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	0,16		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	0,14		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	0,12		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0,12		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	0,08		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	0,1		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	0,08		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	0,11		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	0,07		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	0,07		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	0,14		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	0,23		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	0,15		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	0,12		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	0,15		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0,11		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	0,22		
Região de Saúde 21 - Região Sul	0,06		

Região de Saúde 22 - Pampa	0,07		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	0,12		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0,11		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0,13		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	0,12		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	0,1		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	0,13		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	0,13		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	0,12		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0,1</b>		

Fonte: SIA/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS. \*Dado preliminar e parcial (apenas os meses de janeiro a março de 2017).

Indicador 12	Resultado 1º Quadrimestre*	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	0,07			0,38

Fonte: SIA/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS. \*Dado preliminar e parcial (apenas os meses de janeiro a março de 2017).

#### Discussão e análise:

O objetivo desse indicador é medir o acesso e a realização de exames de rastreamento de câncer de mama nas mulheres de 50 a 69 anos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que cerca de 25% a 30% das mortes por câncer de mama na população entre 50 e 69 anos podem ser evitadas com estratégias de rastreamento populacional e detecção precoce que garantam a boa cobertura da população-alvo, a qualidade dos exames e o tratamento adequado. No Brasil, preconiza-se a realização da mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos de dois em dois anos.

Observa-se que no primeiro quadrimestre de 2017 a razão de exames de mamografia realizadas no Rio Grande do Sul foi de 0,07 (41.303 exames). No entanto, ressalta-se que até a data de coleta das informações, o sistema de informação não havia computado ainda o mês de abril. Dentre as regiões de saúde com os maiores valores para este indicador ( $\geq 0,12$ ) destacam-se: R4, R14, R16, R25, Já as regiões com os menores valores foram ( $\leq 0,03$ ): R1, R5, R12, R21 e R28, conforme abaixo (Quadro 19).

**Quadro 19.** Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017*	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	0,03		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	0,08		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	0,08		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	0,13		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	0,03		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	0,09		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0,11		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	0,06		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	0,06		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	0,07		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	0,09		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	0,01		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	0,09		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	0,12		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	0,11		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	0,15		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	0,1		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	0,09		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0,06		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	0,11		
Região de Saúde 21 - Região Sul	0,02		
Região de Saúde 22 - Pampa	0,04		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	0,1		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0,07		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0,12		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	0,04		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	0,08		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	0,03		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	0,11		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	0,1		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0,07</b>		

**Fonte:** SIA/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS. \*Dado preliminar e parcial (apenas os meses de janeiro a março de 2017).

Indicador 13	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	37,59%			42%

**Fonte:** SINASC/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso 15 /05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

### Discussão e análise

A redução do número de cesáreas é uma meta preconizada pela Rede Cegonha (programa de atenção à Rede Materno-Infantil cuja adesão do Rio Grande do Sul ocorreu em 2012) e pactuada internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Portanto, o

percentual de parto normal é o indicador que avalia a adesão das regiões de saúde e do Estado a essa proposta. Torna-se importante ressaltar que esse indicador refere-se não apenas aos partos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), mas também àqueles realizados na rede suplementar.

No primeiro quadrimestre de 2017 foram registrados 44.883 nascimentos, destes 37,59% (16.872) de parto normal. Dentre as regiões de saúde, destaca-se aquelas que no período tiveram o percentual acima de 42% (meta anual do Estado): R5, R7, R8, R9, R10 e R24. Todas as demais apresentaram um percentual abaixo da meta pretendida (Quadro 20).

Ressalta-se, todavia, que o Estado tem enfatizado a normatização da regionalização do parto e nascimento, cujo objetivo é o de referenciar partos para hospitais com estrutura física e com modelo de assistência que respeitem as normativas vigentes de qualidade e que priorizem a prática do parto normal.

**Quadro 20.** Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	34,52		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	31,42		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	33,05		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	36,11		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	47,82		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	36,81		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	44,51		
Região de Saúde 8 - Vale do Caí Metropolitana	43,95		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	43,37		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	52,48		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	26,76		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	19,24		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	21,98		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	14,50		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	26,27		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	31,37		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	29,87		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	23,85		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	24,48		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	22,16		
Região de Saúde 21 - Região Sul	39,31		
Região de Saúde 22 - Pampa	28,71		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	25,66		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	53,02		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	29,49		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	14,24		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	36,81		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	28,32		

Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	28,99		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	21,60		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>37,59</b>		

Fonte: SINASC/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso 15 /05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador 16	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	8			50

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

### Discussão e análise

O óbito materno corresponde à morte de uma mulher durante a gestação ou em até 42 dias após o término da gestação. Pode ser causado por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez. Não é considerado óbito materno aquele provocado por fatores acidentais ou incidentais.

Nos quatro primeiros meses de 2017 o Rio Grande do Sul registrou oito casos de óbito materno. Com relação às regiões de saúde, as que apresentaram esse tipo de óbito foram: R3, R10, R14, R26, R27 e a R28. Destas, todas tiveram apenas um óbito cada, com exceção da R3 na Região da Fronteira Oeste, que obteve três mortes no período considerado (Quadro 21). Essa região (R3) apresenta uma razão de 190 óbitos maternos para cada 100.000 nascidos vivos. Além disso, ela é responsável por aproximadamente 38% dos óbitos registrados no Estado até o período analisado (1º quadrimestre de 2017).

Dentre as ações voltadas para a redução da mortalidade materna podemos citar: a qualificação do pré-natal através da proposta de planificação da saúde, o acordo intergestores para a regionalização do parto, a reativação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Mortalidade Materna, o encaminhamento (para aprovação) dos Planos Regionais da Rede Cegonha pelo Ministério da Saúde, assim como, o encaminhamento para novas habilitações de hospitais referência para o atendimento à gestante de alto risco.

**Quadro 21.** Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	0		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	0		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	3		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	0		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	0		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	0		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	0		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	0		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	1		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	0		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	0		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	0		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	1		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	0		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	0		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	0		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	0		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	0		
Região de Saúde 21 - Região Sul	0		
Região de Saúde 22 - Pampa	0		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	0		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	1		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	1		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	1		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	0		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	0		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>8</b>		

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador 17	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	73,17%			74%
<p><b>Fonte:</b> Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portal e-Gestor AB/ Ministério da Saúde. Acesso em: 30/05/17.</p> <p><b>Discussão e análise</b></p> <p>O indicador de cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica</p>				



atualmente é utilizado para o acompanhamento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse indicador não foi pactuado para o ano de 2016, entretanto, retornou na Pactuação Interfederativa de Indicadores da 2017-2021.

Considerando o monitoramento do indicador no período de 2012-2015, o Ministério da Saúde pôde revisar sua fórmula de cálculo e realizar adequações para o período de 2017-2021, a fim de torná-lo mais fidedigno. Nesse sentido, foi apresentado no mês de março de 2017, no Portal e-Gestor, a nova Nota Técnica e a Nota Metodológica, contendo a ficha de qualificação do referido indicador, sua nova fórmula de cálculo, bem como seus resultados atualizados.

O indicador 17 considera o número de equipes de Saúde da Família (eSF), o número de equipes de Atenção Básica parametrizadas e o número de eSF equivalentes; sendo que a cada 60 horas de carga horária ambulatorial médica e 40 horas de carga horária ambulatorial de enfermagem na Atenção Básica equivale a uma equipe de Saúde da Família.

As fontes para o cálculo deste indicador correspondem ao Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - estimativas populacionais anuais de população, com referência em 1º de julho. Cabe salientar que, devido à ausência das horas ambulatoriais dos profissionais nos arquivos DBF do SCNES, desde a competência novembro de 2015, não está sendo possível a tabulação através do Tabwin. Desse modo, os resultados oficiais desse indicador são retirados do Portal e-Gestor, disponibilizado pelo Ministério da Saúde e que apresenta os resultados do referido indicador com periodicidade mensal e não quadrimestral.

Assim, analisando o resultado do 1º quadrimestre de 2017, a Cobertura de Atenção Básica no Estado é de 73,17%, o que está próximo à meta estipulada para o ano de 2017 (74%). Quanto às regiões de saúde, 20 delas ultrapassaram a meta pactuada pelo estado para este ano (74%). Por outro lado, a menor cobertura é a da região de saúde 23, Caxias e Hortênsias, com 53,98% de cobertura (Quadro 22).

**Quadro 22.** Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017*	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	62,16		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	87,53		

Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	79,55		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	82,15		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	67,85		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	74,48		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	67,97		
Região de Saúde 8 - Vale do Caí Metropolitana	77,77		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	59,05		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	64,88		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	91,32		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	88,63		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	90,97		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	90,49		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	100,00		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	85,08		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	65,43		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	89,87		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	92,04		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	89,66		
Região de Saúde 21 - Região Sul	81,84		
Região de Saúde 22 - Pampa	75,01		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	53,98		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	97,49		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	69,03		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	73,58		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	64,41		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	73,08		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	81,1		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	69,21		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>73,17</b>		

**Fonte:** Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portal e-Gestor AB/ Ministério da Saúde. Acesso em: 30/05/17.

<b>Indicador 19</b>	<b>Resultado 1º Quadrimestre</b>	<b>Resultado 2º Quadrimestre</b>	<b>Resultado 3º Quadrimestre</b>	<b>Meta Anual</b>
Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	44,26%			44,62%

**Fonte:** SCNES/DATASUS/Ministério da Saúde; IBGE. Acesso: 18/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

### **Discussão e análise**

Destaca-se que o dado do mês de abril de 2017 não está disponível no sistema, sendo apresentadas projeções (através de média simples das informações disponíveis) para o período faltante, com vistas à apresentação completa do quadrimestre. Informamos que esse é um novo indicador de cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na Atenção Básica

(AB), com nova fórmula de cálculo e o Ministério da Saúde disponibilizou série histórica desse indicador a partir de julho de 2007. Observa-se ainda que o referido indicador para o 1º quadrimestre de 2017 atingiu o valor de 44,26%, próximo à meta anual pactuada pelo Estado de 44,62% para o ano de 2017.

**Quadro 23.** Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	40,72		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	72,44		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	48,12		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	41,28		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	49,10		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	33,28		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	34,61		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	42,39		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	28,89		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	30,54		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	63,98		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	69,22		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	76,15		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	77,74		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	92,25		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	50,87		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	45,72		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	66,03		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	67,65		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	82,29		
Região de Saúde 21 - Região Sul	43,42		
Região de Saúde 22 - Pampa	24,41		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	30,63		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	42,63		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	49,05		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	45,35		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	39,11		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	60,21		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	50,40		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	47,11		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>44,26</b>		

Fonte: SCNES/DATASUS/Ministério da Saúde; IBGE. Acesso: 18/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

#### Discussão e análise

Em relação às regiões de saúde, as que apresentaram maior cobertura (>70%) estimada de Equipes de Saúde Bucal (ESB) na Atenção Básica foram: R2, R13, R14, R15 e R20. Já as com menor cobertura (<35%) foram: R6, R7, R9, R10, R22, R23. Tal fato nos leva a intensificar ações de sensibilização para que não ocorram mais descredenciamentos de ESB na AB.

Indicador 22	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	0			4 Ciclos

### Discussão e análise

No 1º quadrimestre de 2017, foram registrados 20 novos municípios com registro de *Aedes aegypti*, totalizando de janeiro a abril 231 municípios infestados. No âmbito estadual, os dados revelam que os municípios infestados não atingiram, em nenhum dos dois ciclos do 1º quadrimestre o mínimo de 80% de visitas preconizado. O não atingimento da meta pode estar relacionado à permanência de dificuldades na contratação de Agentes de Controle de Endemias, na manutenção das equipes para realizar as atividades preconizadas pelo O Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), mesmo havendo financiamento federal e estadual para este fim, na integração entre as equipes de saúde da família e as equipes de vigilância ambiental, entre outros. Vale ressaltar que a troca dos gestores municipais, bem como a ausência do registro dos dados em tempo hábil no Sistema de Informação também reflete nos resultados.

A partir da análise do 1º quadrimestre onde se avalia o "Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue, por Região de Saúde" (Quadro 24) percebe-se que:

- Cada um dos ciclos é composto por dois meses de trabalho, sendo que preconiza-se que 100% dos imóveis da área urbana sejam visitados para a eliminação de potenciais focos do mosquito em cada ciclo de trabalho. Assim, no 1º quadrimestre temos 2 ciclos: 1 (janeiro-fevereiro) e 2 (março-abril);

- Os resultados referem-se apenas aos municípios infestados por *Aedes aegypti*, conforme orientação do Ministério da Saúde;

- Quatorze regiões de saúde tem até cinco municípios infestados, destas regiões, apenas 3 (21%) atingiram um ou mais ciclos com no mínimo 80% de visitas em cada um deles;

- Dez regiões apresentaram de 5 a 15 municípios infestados, e metade delas atingiram, no mínimo, um ciclo com um percentual de imóveis visitados de 80% ou

mais;

- Cinco das regiões de saúde apresentaram 20 ou mais municípios infestados, sendo que em todas elas foi atingido um ou mais ciclos com no mínimo 80% de visitas em cada;

- Aponta-se que a região de saúde 24 (Campos de Cima da Serra) por não apresentar municípios infestados por *Aedes aegypti* não consta na presente avaliação.

**Quadro 24.** Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	0		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	1		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	0		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	0		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	1		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	0		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0		
Região de Saúde 8 - Vale do Caí Metropolitana	0		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	0		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	0		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	1		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	1		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	2		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	2		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	2		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	1		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	0		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	2		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	2		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	1		
Região de Saúde 21 - Região Sul	0		
Região de Saúde 22 - Pampa	0		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	0		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	*		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	2		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	2		
Região de Saúde 28 - Vale do Rio Pardo	0		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	0		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	0		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0</b>		

Fonte: SIM-PR. Acesso: 15/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS. Observação: \* Aponta-se que a Região de Saúde 24, (Campos de Cima da Serra) por não apresentar municípios infestados por *Aedes aegypti* não consta na presente avaliação.

Indicador 23	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	99,29%			95%
<p><b>Discussão e análise</b></p> <p>O Indicador 23 (preenchimento do campo "ocupação" nas notificações dos agravos acidentes graves, acidente com material biológico e intoxicações exógenas) apresenta-se, no Estado, com valores bem acima da meta pactuada para o ano de 2016. Sua importância se justifica no cenário nacional.</p>				

**Quadro 25.** Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	100		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	100		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	100		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	100		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	100		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	100		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	95,83		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	100		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	100		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	100		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	100		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	100		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	100		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	100		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	100		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	100		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	100		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	100		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	100		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	100		
Região de Saúde 21 - Região Sul	100		
Região de Saúde 22 - Pampa	100		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	100		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0,00		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	100		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	100		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	100		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	100		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	100		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	100		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>99,29</b>		

Fonte: SINAN/DATASUS. Acesso: 22/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador RS 1	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar	0,16%			70%
<b>Discussão e análise</b>				
<p>Este percentual de 0,16, extraído do Sistema BI, é consequência de algum paciente transferido de um município para outro referente ao ano de 2016, tendo em vista, que um tratamento de tuberculose para ser considerado como cura, necessita de 180 dias de medicação.</p> <p>Sugere-se a não avaliação quadrimestral do indicador de cura de casos novos pulmonares de tuberculose, pois sendo uma doença de tratamento prolongado de 6 a 9 meses, não parece oportuno ou esclarecedor o acompanhamento quadrimestral, uma vez que, a maioria dos casos ainda não estariam encerrados e não se poderia ter uma expressão clara de evolução no indicador.</p>				

**Quadro 26.** Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	0,16		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	0		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	0		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	0		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	0		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	0		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	0		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	0		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	0		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	0		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	0		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	0		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	0		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	0		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	0		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	0		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	0		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	0		
Região de Saúde 21 - Região Sul	0		
Região de Saúde 22 - Pampa	0		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	0		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0		

Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	0		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	0		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	0		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	0		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	0		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>0,16</b>		

Fonte: SINAN/DATASUS. Acesso: 25/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador RS 2	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de amostras de água com presença de <i>Escherichia coli</i> , em Soluções Alternativas Coletivas	18,56%			8%

#### Discussão e análise

Observa-se um aumento das amostras contaminadas com *Escherichia coli* (*E. coli*), entretanto sugere-se que não seja pelo fato de a água ter piorado a qualidade, mas sim pela vigilância ter qualificado os pontos de coleta, por meio de diversas ações para reforçar a vigilância na zona rural, onde o abastecimento por solução alternativa coletiva é predominante. No Quadro 27, observa-se seis regiões de saúde, que no histórico possuem resultados acima de 20% de contaminações, chegando até a 50%: R11 - Sete Povos das Missões, R15 - Caminho das Águas, R3 - Fronteira Oeste, R1 - Verdes Campos, R21 - Região Sul e R9 - Carbonífera/Costa Doce.

As contaminações com *E. coli* podem ser evitadas se houver tratamento por meio de desinfecção com cloro. Estão sendo realizados cursos de inspeção sanitária em todas as Coordenadorias Regionais de Saúde para qualificar as ações de vigilância. São necessárias também ações junto aos gestores públicos municipais e à comunidade de conscientização dos riscos envolvidos e apoio para melhorar os resultados.

**Quadro 27.** Proporção de amostras de água com presença de *Escherichia coli*, em Soluções Alternativas Coletivas, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	40,5		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	33,3		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	39,0		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	3,9		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	7,7		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	18,2		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	11,7		
Região de Saúde 8 - Vale do Caí Metropolitana	5,8		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	50,0		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	6,8		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	31,4		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	14,5		



Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	27,6		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	14,5		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	33,8		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	18,3		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	13,6		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	21,9		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	20,3		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	19,0		
Região de Saúde 21 - Região Sul	42,3		
Região de Saúde 22 - Pampa	20,0		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	5,1		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	15,1		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	8,7		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	5,2		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	23,9		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	10,1		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	7,6		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	13,2		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>18,56</b>		

Fonte: SISAGUA/DATASUS. Acesso: 10/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador RS 3	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados	4,35%			100%
<b>Discussão e análise</b>				
Considerando 90 dias como prazo para investigação de óbitos, foram considerados somente os óbitos ocorridos 90 dias antes (22 de fevereiro) da data de extração dos dados (22 de maio). O resultado deste período onde dos 23 óbitos apenas um concluiu a investigação, além da sazonalidade característica (verão/férias) e da alternância da gestão municipal, demonstra a necessidade de fomento e apoio constante ao processo investigatório, nas diversas regiões de saúde.				

**Quadro 28.** Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (%)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	0		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	0		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	0		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	0		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	0		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	0		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0		
Região de Saúde 8 - Vale do Caí Metropolitana	0		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	0		
Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	0		

Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	0		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	0		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	0		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	0		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	0		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	0		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	50		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	0		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	0		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	0		
Região de Saúde 21 - Região Sul	0		
Região de Saúde 22 - Pampa	0		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	0		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	0		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	0		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	0		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	0		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	0		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	0		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	0		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>4,35</b>		

Fonte: SIM/DATASUS. Acesso: 22/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

Indicador RS 4	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
Taxa de notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho	5,86/10.000			40/10.000
<b>Discussão e análise</b>				
<p>Houve uma baixa notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho no 1º quadrimestre de 2017. Considerando que muitas notificações podem ainda não ter sido digitadas nos sistemas, tem-se como proposta enfatizar a alerta aos municípios para atenção ao cumprimento da meta.</p>				

**Quadro 29.** Taxa de notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho, por Região de Saúde, 1º quadrimestre de 2017, Rio Grande do Sul.

Região de Saúde (RS)	1º Quadrimestre de 2017 (10.000)	2º Quadrimestre de 2017	3º Quadrimestre de 2017
Região de Saúde 1 - Verdes Campos	1,23		
Região de Saúde 2 - Entre-Rios	1,02		
Região de Saúde 3 - Fronteira Oeste	1,20		
Região de Saúde 4 - Belas Praias	4,69/		
Região de Saúde 5 - Bons Ventos	2,02		
Região de Saúde 6 - Vale do Paranhana Costa da Serra	2,11		
Região de Saúde 7 - Vale dos Sinos	0,95		
Região de Saúde 8 - Vale do Cai Metropolitana	1,15		
Região de Saúde 9 - Carbonífera/Costa Doce	1,15		

Região de Saúde 10 - Capital/Vale do Gravataí	1,33		
Região de Saúde 11 - Sete Povos das Missões	0,75		
Região de Saúde 12 - Portal das Missões	2,37		
Região de Saúde 13 - Região da Diversidade	3,58		
Região de Saúde 14 - Fronteira Noroeste	3,31		
Região de Saúde 15 - Caminho das Águas	1,42		
Região de Saúde 16 - Alto Uruguai Gaúcho	2,98		
Região de Saúde 17 - Região do Planalto	5,23		
Região de Saúde 18 - Região das Araucárias	4,55		
Região de Saúde 19 - Região do Botucaraí	1,67		
Região de Saúde 20 - Rota da Produção	3,71		
Região de Saúde 21 - Região Sul	1,23		
Região de Saúde 22 - Pampa	3,10		
Região de Saúde 23 - Caxias e Hortências	5,94		
Região de Saúde 24 - Campos de Cima da Serra	1,20		
Região de Saúde 25 - Vinhedos e Basalto	4,26		
Região de Saúde 26 - Uva e Vale	2,52		
Região de Saúde 27 - Jacuí Centro	1,88		
Região de Saúde 28 - Vinte e Oito	3,78		
Região de Saúde 29 - Vales e Montanhas	3,97		
Região de Saúde 30 - Vale da Luz	5,95		
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>5,86</b>		

Fonte: SIM; SINAN/DATASUS; SIST/CEVS/SES/RS. Acesso: 22/05/2017, em BI/DGTI/SES/RS.

## 5 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Governo do Estado reconhece os avanços existentes no SUS, tais como a descentralização e regionalização das ações de saúde, da gestão e da execução dos serviços nos 497 municípios e sua composição nas 30 regiões de saúde. O SUS no Rio Grande do Sul engloba uma ampla rede de ações e programas continuados de promoção, prevenção e atenção em saúde, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), o atendimento ambulatorial e os serviços hospitalares em múltiplas especialidades.

Nos últimos anos, com o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico-legal do SUS, e com a crescente demanda social por serviços de saúde pública resolutivos e organizados, a gestão estadual do SUS tem se deparado com o desafio de, permanentemente, aprimorar normas, procedimentos, protocolos e mecanismos de financiamento para o sistema, sendo este último um dos principais entraves para a efetivação do SUS na forma como este foi concebido.

Diante desse cenário, é importante considerar os objetivos descritos no Mapa Estratégico do Governo do Estado, cujas diretrizes servem para a formulação e execução de políticas públicas no Rio Grande do Sul. Neste documento, o tema da saúde é contemplado principalmente em dois eixos: o Eixo Econômico e o Eixo Social. No Eixo Econômico destaca-se o objetivo “Promover o desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões do Rio Grande do Sul”, o que remete à relevância da regionalização em saúde. Já o Eixo Social trata de “Reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais” e a saúde aparece no primeiro objetivo, como seguinte texto: “Melhorar o acesso e a qualidade na promoção, prevenção e recuperação da saúde”.

Ao considerar que a melhoria do acesso e da qualidade na prevenção e promoção da saúde é um dos objetivos estratégicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, reforça-se que a qualificação da atenção básica é uma das principais diretrizes de trabalho para a Secretaria Estadual da Saúde, sendo o norteador para a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no Estado.

Além disso, é importante ressaltar que a atenção secundária e terciária, o fortalecimento da vigilância em saúde, a garantia do acesso a consultas e exames, bem como a atenção à infância e à maternidade com qualidade são aspectos importantes na proposta de melhoria da saúde da população gaúcha, sendo metas constantes a serem alcançadas e concretizadas pela Gestão Estadual do SUS.

**As ações relevantes realizadas pela SES/RS, no 1º quadrimestre de 2017 (janeiro a abril), as quais não foram contempladas na estrutura padrão do RDQA são apresentadas abaixo.**

Em 30/03/2017 entrou em vigor o Decreto Estadual nº 53.493 que objetiva transferir as competências da extinta Fundação Estadual de Produção e Pesquisa de Saúde (FEPPS) para a SES/RS. Neste decreto estão previstas que as competências do Centro de Informação Toxicológico (CIT), e do Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório Central de Saúde Pública (IPB/LACEN) integrarão a estrutura do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS); as competências do Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS) integrarão a estrutura do Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (DAHA); e as competências do Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT) integrarão a estrutura do Departamento de Ações em Saúde (DAS).

Considerando o impacto da morbimortalidade por doenças cardiovasculares relacionadas a fatores de risco evitáveis, entre estes o tabagismo, um dos principais determinantes desta carga de doença, o Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) tem investido num processo de capacitação de profissionais dos municípios para constituição de grupos terapêuticos de cessação do consumo de tabaco. Dentre as ações realizadas no primeiro quadrimestre de 2017 destacamos o evento do dia 11 de abril de 2017, ocorrido no auditório do CEVS, para profissionais oriundos de 60 municípios. O Curso de Capacitação em Abordagem e Tratamento do Fumante contou com a contribuição de profissionais de notório saber que trabalham com o tema nos Hospitais São Pedro e Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Ao Estado compete a realização de supervisão, monitoramento e avaliação das ações de vigilância entomológica nos municípios do Rio Grande do Sul. Nos meses de janeiro a abril a Coordenação do Programa Estadual de Vigilância e Controle do *Aedes* e as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) realizaram um total de 119 supervisões, sendo 84 delas em municípios infestados e 35 em municípios não infestados. Realizou-se treinamento sobre Vigilância Entomológica e Controle Vetorial tendo como público alvo: Agentes de Controle de Endemias (ACE), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), visitantes do Programa Estadual Primeira Infância Melhor (PIM/RS), outros servidores da área de saúde e voluntários. Assim foram realizadas em 12 Regiões de Saúde que abrangeram: 8 Coordenadorias Regionais de Saúde, 19 municípios com 930 agentes capacitados. Nas atividades de rotina foram promovidas três reuniões do Comitê Estadual de Mobilização, Fiscalização, Combate e Controle do *Aedes*; acompanhamento da atividade de Levantamento de Índice Rápido (LIRAA) e Levantamento de Índice Amostral (LIA), nos municípios infestados e da atividade de visitas aos PAs (Pontos de Armadilhas), conforme a determinação da Portaria nº 3129 de 28 de 12 de 2016 e o acompanhamento do trabalho de Vigilância Ambiental realizado pelos municípios através do PNEM (Programa Nacional de Enfrentamento da Microcefalia).

A força-tarefa do Programa Segurança Alimentar, formado por membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul, PROCON/RS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Vigilância Sanitária do Rio Grande do Sul (Secretaria Estadual da Saúde), Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul e Fórum Interamericano de Defesa do Consumidor iniciou suas atividades em 2017, no dia 08/02, com ações de fiscalização no litoral gaúcho. No primeiro quadrimestre do ano foram inspecionados 101 estabelecimentos comerciais de alimentos como mercados, açougues, padarias e restaurantes, em 18 municípios do Estado, em que aproximadamente 82 toneladas de alimentos impróprios para o consumo foram apreendidas. As principais irregularidades encontradas foram alimentos com prazo de validade vencido, armazenados em temperatura inadequada ou que não possuíam identificação de procedência.

A Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador/CEVS/SES/RS participa de atividade de vigilância/fiscalização em saúde do trabalhador, coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT/RS), integrando a Força Tarefa em Hospitais e Frigoríficos. Foram priorizados estes setores, tanto pela sua significância na economia gaúcha, como pela relevante presença de riscos, como: pressão psicológica; jornadas extenuantes e exposição constante a instrumentos perfuro cortantes, material biológico e a produtos químicos. O objetivo é investigar as condições de saúde e de segurança dos trabalhadores, em todos os postos de trabalho. Após a ação são instaurados inquéritos civis para acompanhar o cumprimento das diversas recomendações, de acordo com Normas Regulamentadoras NR32 e NR36, entre outras. Além disso, há o acompanhamento individual dos órgãos parceiros, que atuam em suas áreas de especialidade.

O Centro de Informação Toxicológica do Rio Grande do Sul (CIT/CEVS) é uma unidade de telemedicina especializada que tem por objetivo auxiliar profissionais de saúde e a população em geral a prevenir, diagnosticar e tratar os acidentes tóxicos que ocorrem anualmente no Estado. No primeiro quadrimestre de 2017 foram prestados mais de 16.000 atendimentos à população do Estado. Esses atendimentos incluem os realizados pelo plantão de urgência/emergência (24 horas nos sete dias da semana), diagnóstico à distância por transferência de imagens voltado aos acidentes com plantas tóxicas e animais peçonhentos (serpentes, aranhas, escorpiões, lagartas, entre outros) e análises toxicológicas em apoio diagnóstico de urgência/emergência e em monitoramento do uso de drogas de abuso.

No primeiro quadrimestre de 2017 foi necessária uma grande organização para adequar a nova estrutura do CEVS com a Lei nº 14.977, publicada em 16 de janeiro de 2017, que extingue a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS); sendo que as funções do LACEN, de apoio para a execução das atividades inerentes ao SUS no âmbito do Estado passam a ser desenvolvidas pela SES e o Decreto nº 53.493 de 30 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 14.977, o qual determina que as competências do LACEN serão de responsabilidade da SES e integrarão a estrutura do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS).

Quanto às principais realizações da Coordenação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado (CPAF/SES/RS), destaca-se: consulta à solicitação de medicamentos por meio do Login Cidadão. Essa consulta refere-se aos processos administrativos de medicamentos que são protocolados pelos usuários nessa Coordenação. O Login Cidadão tem por objetivo fazer a autenticação do cidadão aos serviços digitais do Governo, promovendo o acesso as bases de dados do Estado. Por meio da criação do Módulo “Consulta à solicitação de medicamentos” é possível verificar a situação do pedido de medicamentos e fórmulas nutricionais realizadas pelo usuário à farmácia do Estado. Por este recurso, é possível verificar a situação do tratamento (por exemplo, se o processo administrativo de solicitação do medicamento encontra-se deferido. Em caso de situação incompleta ou bloqueada, o sistema informará o motivo), consulta de estoque, como também históricos de dispensação e agendamento de dispensações futuras. Tais ações concedem ao usuário uma maior transparência e controle das etapas envolvidas no acesso aos medicamentos no Estado do Rio Grande do Sul.

Qualificação na logística do medicamento mais descartado pela Secretaria Estadual de Saúde, Oseltamivir (Tamiflu), nos últimos 5 anos: A qualificação se deu por meio da disponibilização do Sistema AME-Programas para o medicamento Oseltamivir (Tamiflu), utilizado para o tratamento da Influenza. Este medicamento possui aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde. Por meio da disponibilização do sistema AME-Programas às Coordenadorias Regionais de Saúde e municípios é possível se obter um maior controle de estoque do medicamento disponibilizado para as CRS e municípios, rastreamento dos lotes, maior controle da validade dos medicamentos, subsidiando possíveis remanejamentos com intuito de se evitar a perda do medicamento

por validade expirada. Além disso, o sistema permite a qualificação de informações que serão utilizadas na programação destes medicamentos.

Implantação do sistema AME-Programas-Boate Kiss para o registro das solicitações de medicamentos pactuados em Resolução CIB/RS Nº 646 de 2013, que contempla um elenco específico de medicamentos para doenças respiratórias das vítimas do incidente.

Nas ações em saúde destaca-se: a regionalização do atendimento ao parto no estado do Rio Grande do Sul, para municípios com estabelecimentos hospitalares que realizem ao menos 365 partos ao ano ou excepcionalmente mais de 200 partos em vazios assistenciais, a qual foi aprovada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS), pela Resolução CIB/RS nº 206/2017. Tal pactuação também prevê o prazo de 60 dias para a definição do transporte sanitário e publicação de uma nova portaria de cofinanciamento para o parto no Estado; a reorganização da proposta de planificação para estender o processo das Oficinas de Planificação da Atenção Primária em Saúde para a 18ª CRS e de forma simplificada para as demais Coordenadorias Regionais de Saúde; a formação de Educação a distância (EaD) em Saúde Integral de Travestis e Transexuais para Profissionais de Saúde; e, o Seminário de Estigma & Discriminação realizado no dia 18/05/17, pela Cooperação Interfederativa DST/AIDS RS, para Profissionais de Saúde da Atenção Básica e Serviço especializado, discutindo estratégias de redução do estigma e discriminação.

No 1º quadrimestre de 2017, também, foram realizados mais de 85.000 atendimentos/procedimentos ambulatoriais envolvendo o Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Sanatório Partenon, Hospital Colônia Itapuã e Ambulatório de Dermatologia Sanitária (hospitais do Estado).

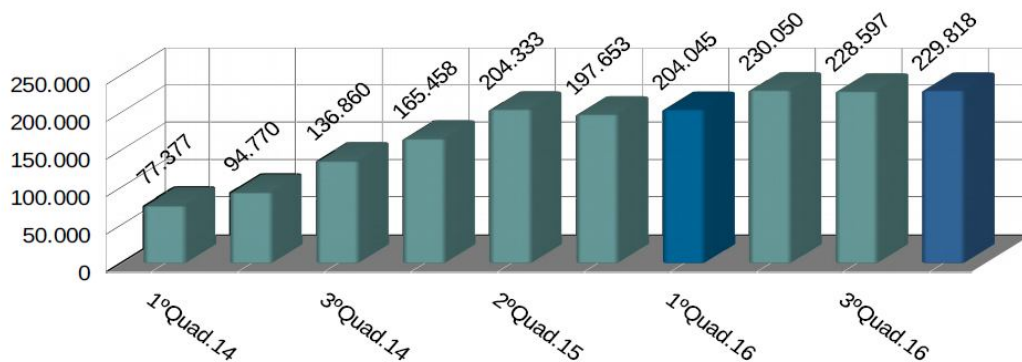
No Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP): houve o reinício das obras da primeira etapa do restauro do Bloco A do prédio histórico do HPSP, com o percentual de obra executado correspondente a 50,38% do valor total do contrato. No primeiro quadrimestre de 2017 foram realizados mais de 100 programas de reabilitação para usuários internos e externos através de oficinas de criatividade, cooperativa de geração de renda, clube da amizade entre outras. Foram mantidas e/ou feitas aproximadamente 25 parcerias com Escolas Técnicas e Instituições de Ensino Superior para desenvolvimento de estágio curricular e de estágio optativo.

No Ambulatório de Dermatologia Sanitária (ADS) destaca-se a fase final da instalação de novo elevador com aproximadamente 90% concluída - cuja demanda é de suma importância, uma vez que diversos usuários que lá transitam possuem idade avançada, são cadeirantes e/ou portadores de necessidades especiais. Além disso, os hospitais HPSP, HSP e ADS possuem estagiários curriculares nas mais diversas áreas, que atuam por meio de formalização de Termo de Colaboração entre o DCHE/HPSP e as Instituições de Ensino Técnico e Superior e estágios optativos. Estes últimos são realizados por doutorandos de Medicina de todo o Brasil, que procuram realizar esse estágio no período de férias.

Quanto ao Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI), no 1º quadrimestre de 2017, destaca-se o lançamento do Portal BI Gestão Municipal, com o objetivo de apoiar os gestores municipais do Estado no acompanhamento dos seus indicadores de saúde, se tornando ferramenta para o processo de pactuação de indicadores a partir deste ano; o início do processo de migração dos sistemas, contratos e estrutura da FEPPS para a SES/RS; e, o estabelecimento de parceria com o Ministério Público do Trabalho e Saúde do Trabalhador/CEVS/SES/RS para qualificação das informações em nossas bases de dados e da investigação dos acidentes relacionados ao trabalho.

A Central de Regulação Ambulatorial, do Departamento de Regulação Estadual (DRE), no primeiro quadrimestre de 2017, realizou a regulação de 229.818 consultas especializadas, através

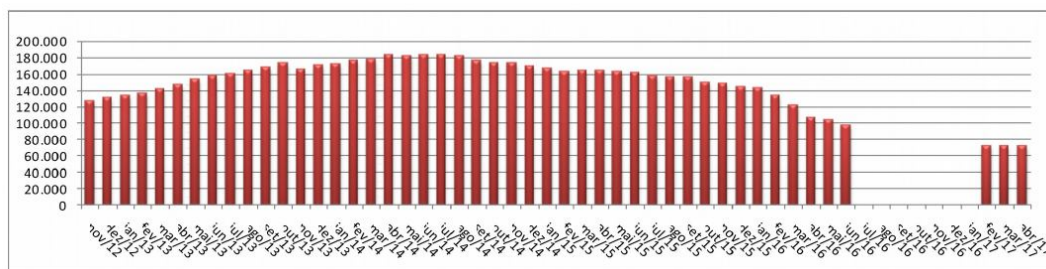
da Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CRA/RS) e Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs), o que significa um aumento de 13% em relação ao mesmo período de 2016 (Figura 1).



**Figura 1.** Consultas Especializadas Reguladas sob Gestão da SES/RS, janeiro/2014 a abril/2017.

Os dados analisados referem-se somente aos procedimentos regulados sob gestão estadual, pois, os processos regulatórios coordenados pelos municípios em gestão plena (como Caxias do Sul, Pelotas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, entre outros) - com exceção de Porto Alegre e, parcialmente, Canoas - utilizam sistemas informatizados não integrados ao estadual.

A ocupação da oferta de consultas especializadas disponibilizadas por Porto Alegre para municípios do interior tem se mantido acima de 89%, sendo que para as subespecialidades com déficit de oferta a ocupação é plena. O empenho para manutenção deste resultado, bem como as ações de gestão da lista de espera e qualificação do processo regulatório, com a elaboração e implantação dos protocolos de regulação, em conjunto com o TelessaúdeRS-UFRGS, tem impactado positivamente no controle e diminuição da demanda reprimida por consultas especializadas na capital, conforme demonstrado na Figura 2.



**Figura 2.** Lista de Espera para Consulta Médica Especializada, Ofertada em Porto Alegre para não Residentes, novembro/2012 a abril/2017. \*Total de solicitações em lista de espera no início do mês seguinte ao mês de referência. Fonte: Sistema Informatizado de Regulação - CRA/RS - dados consolidados pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação do DRE/RS. Observação: No período de julho/2016 a janeiro/2017, houve migração entre os sistemas de regulação AGHOS e GERCON, motivo pelo qual não há disponibilidade de dados relativos à lista de espera.

Em relação aos exames, o acesso cuja regulação está sob gestão estadual (oferta de serviços regionais) ou regulação compartilhada (oferta de Porto Alegre) é regulado através do Sistema Informatizado de Regulação (SISREG), pelas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs), com apoio da Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CRA/RS), totalizando 57.339 procedimentos no primeiro quadrimestre de 2017. Este resultado corresponde a uma ampliação de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Central de Regulação Hospitalar: as ações de regulação do acesso aos leitos sob gestão estadual ou sob gestão municipal de municípios sem central de regulação são realizadas pela Central Estadual de Regulação Hospitalar (CRH/RS). Esse processo ocorre em caráter não obrigatório, ou seja, os hospitais ainda podem internar pacientes, cujo acesso foi realizado por contato direto entre solicitante e executante. Atualmente, a CRH/RS regula, sob demanda, acesso a leitos de UTI, traumatologia, psiquiatria, contra-referência e enfermarias adulto e pediátrica para situações especiais. No primeiro quadrimestre, a CRH/RS concluiu a regulação de 4.959 solicitações (Quadro 30), sendo 60,1% das mesmas para UTI.

**Quadro 30.** Solicitações de Internação Hospitalar Reguladas pela CRH/RS, 1º Quadrimestre de 2017.

Mês	Total GERAL	Total UTI	UTI AD	UTI NEO	UTI PED	Outros	Traumato	Psiquiatria	Contra Ref	Enferm AD	Enferm PED
jan/17	1.278	769	426	296	47	509	24	365	3	99	18
fev/17	1.029	652	338	254	60	377	19	270	4	71	13
mar/17	1.440	798	429	293	76	642	13	496	1	95	37
abr/17	1.212	761	434	271	56	451	9	350	0	73	19
1º Quad	4.959	2.980	1.627	1.114	239	1.979	65	1.481	8	338	87

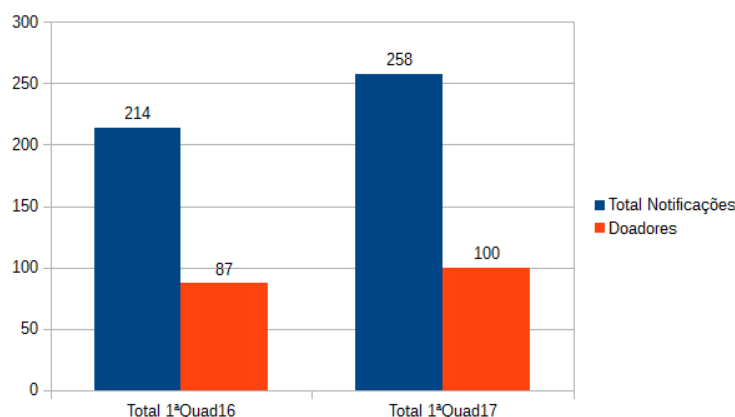
Considerando o total de solicitações, 57% (2.842) foram internados/transferidos, 5% (233) canceladas por óbito durante o processo regulatório e 38% (1.884) canceladas por outros motivos (melhora do quadro clínico, opção do familiar pela não transferência e/ou reavaliação de indicação da mesma pelo médico assistente e médico regulador). Considerando somente as solicitações para UTI, os dados correspondem a 62,9% para transferências, 7,6% para cancelamentos por óbito e 29,5% de cancelamentos por outros motivos.

Para 91,6% das transferências hospitalares para UTI, a unidade de destino estava a uma distância inferior a 300 km; e, em relação ao tempo de conclusão, 20,7% foram concluídas em menos de 2 horas.

Em relação à ação de controle do transporte medicalizado, terrestre e aéreo, contratado pela SES/RS por licitação pública para complementação à rede do SAMU/RS, foram autorizados 17 transportes aéreos (08 para UTI Neonatal, 03 para UTI Pediátrica e 06 para UTI Adulto) e 393 transportes terrestres (170 para UTI Neonatal, 56 para UTI Pediátrica e 167 para UTI Adulto), perfazendo um total de R\$2.807.882,20 no quadrimestre.

Comparando o primeiro quadrimestre de 2017 com o mesmo período do ano anterior, observa-se o aumento de 5,7% no número de solicitações de internação, sendo 35,4% de aumento nos cadastros de leitos de traumatologia, psiquiatria, contra-referência e enfermarias adulto e pediátrica e um decréscimo de 7,7% para os cadastros de UTI. Observou-se ainda importante redução (29,4%) no número de solicitações canceladas por óbito durante o processo regulatório em 2017.

Central de Transplantes - Programa Estadual de Transplantes (CNCDO/RS): os dados da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO/RS) no primeiro quadrimestre evidenciaram um crescimento do número de notificação de potenciais doadores de órgãos em comparação com o mesmo período do ano anterior, 258 em 2017 e 214 em 2016. O número de doadores de órgãos também foi acompanhado de um significativo crescimento, sendo atingido o número de 100 doadores no período, com crescimento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior.



**Figura 3.** Total de notificações e doadores efetivos de órgãos, Rio Grande do Sul, 1º Quadrimestre 2016 e 2017.

As ações da CNCDO/RS para promover o constante crescimento do número de doadores através do trabalho com equipes dos hospitais notificantes e Organizações de Procura de Órgãos (OPOs), na capacitação e educação continuada dos profissionais das equipes de captação e das áreas de cuidados intensivos, foram responsáveis pelos resultados obtidos. Foram realizados cursos de capacitação e educação continuada em todas as regiões do Estado, nos temas: Formação de Coordenador Hospitalar de Transplantes, Comunicação em Situações Críticas e Doação e Transplantes para Intensivistas. Além destes, a CNCDO/RS promove ações descentralizadas através das OPO na supervisão, acompanhamento para as notificações e manutenção hemodinâmica de potenciais doadores de órgãos e campanhas e divulgação da doação para transplantes. Para promover o melhor resultado e aumento dos transplantes foram realizadas, além das atividades de educação específicas para cuidados dos potenciais doadores, a instituição da preservação artificial de órgãos em máquinas de perfusão hipotérmicas.

**Quadro 31.** Situação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24h, Rio Grande do Sul, abril de 2017.

UPA 24h	Em projeto (sem início de construção)	Em construção	Obras concluídas	Em funcionamento
Porte I	04	06	09	09
Porte II	04	05	03	09
Porte III	02	02	01	05
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>23</b>
<b>Total de Pronto Atendimentos/UPA 24 h, no Estado</b>				<b>59</b>

Fonte: DRE/Coordenação Estadual das Urgências e Emergências/SES/RS.

**Quadro 32.** UPA 24h que iniciaram funcionamento, no Estado, no 1º quadrimestre de 2017.

Município	Porte	Data do início de funcionamento
Gravataí – Cohab C	II	15/02/2017

Fonte: DRE/Coordenação Estadual das Urgências e Emergências/SES/RS.

Não houve Habilitação e/ou Qualificação de UPA 24h, pelo Ministério da Saúde, no 1º quadrimestre de 2017.

SAMU 192: em 09 de janeiro foram entregues, aos gestores municipais, 61 novas ambulâncias SAMU. Os veículos foram repassados como renovação da frota já existente nos municípios. Para seleção dos municípios contemplados foram utilizados, pelo Ministério da Saúde, critérios técnicos previstos na Nota Técnica nº 338/2016.

**Quadro 33.** Municípios que receberam renovação de frota, Rio Grande do Sul, 1º Quadrimestre de 2017.

<b>Município</b>	<b>Tipo de Unidade</b>
Porto Alegre	Suporte Avançado
Bento Gonçalves	Suporte Avançado
Carazinho	Suporte Avançado
Lajeado	Suporte Avançado
Novo Hamburgo	Suporte Avançado
Palmeira das Missões	Suporte Avançado
Taquara	Suporte Avançado
Agudo	Suporte Básico
Antônio Prado	Suporte Básico
Arvorezinha	Suporte Básico
Bom Jesus	Suporte Básico
Candelária	Suporte Básico
Candiota	Suporte Básico
Canela	Suporte Básico
Capão do Leão	Suporte Básico
Carlos Barbosa	Suporte Básico
Cerro Largo	Suporte Básico
Chapada	Suporte Básico
Constantina	Suporte Básico
Dom Feliciano	Suporte Básico
Dom Pedrito	Suporte Básico
Encruzilhada do Sul	Suporte Básico
Erechim	Suporte Básico
Espumoso	Suporte Básico
Esteio	Suporte Básico
Estrela	Suporte Básico
Farroupilha	Suporte Básico
Feliz	Suporte Básico
Flores da Cunha	Suporte Básico
Garibaldi	Suporte Básico
Gramado	Suporte Básico
Guarani das Missões	Suporte Básico
Itaqui	Suporte Básico
Jaguari	Suporte Básico

Júlio de Castilhos	Suporte Básico
Lagoa Vermelha	Suporte Básico
Nova Petrópolis	Suporte Básico
Marau	Suporte Básico
Nova Prata	Suporte Básico
Palmitinho	Suporte Básico
Porto Xavier	Suporte Básico
Redentora	Suporte Básico
Restinga Seca	Suporte Básico
Rio Pardo	Suporte Básico
Ronda Alta	Suporte Básico
Sananduva	Suporte Básico
Santiago	Suporte Básico
São Francisco de Assis	Suporte Básico
São Luiz Gonzaga	Suporte Básico
São Pedro do Sul	Suporte Básico
São Sebastião do Cai	Suporte Básico
São Sepé	Suporte Básico
Seberi	Suporte Básico
Serafina Corrêa	Suporte Básico
Sinimbu	Suporte Básico
Soledade	Suporte Básico
Taquari	Suporte Básico
Teutônia	Suporte Básico
Tupanciretã	Suporte Básico
Vera Cruz	Suporte Básico
Gravataí	Suporte Básico

Núcleo de Educação em Urgências (NEU): foram realizados 03 Cursos Introdutórios para profissionais novos a ingressarem nas bases municipais do SAMURS, totalizando 169 profissionais capacitados entre médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores.

Através do Programa Regulação#Faço Parte, a mesa reguladora da Central Estadual de Regulação do SAMU recebeu a visita de 07 profissionais das bases do SAMURS.

Participação de 42 profissionais da Rede de Atenção às Urgências, 20 médicos e 22 enfermeiros, no Curso de Urgência e Emergência Adulto, com simulação realística, realizado pelo Programa Saúde da Criança do Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Albert Einstein-São Paulo, em 11 e 12 de abril de 2017.

Participação de 16 profissionais da Rede de Atenção às Urgências, 12 médicos e 04 enfermeiros, no Curso de Urgência e Emergência Pediátrica, para os profissionais do SUS, com simulação realística, realizado pelo Programa Saúde da Criança do Ministério da Saúde, em parceria com Hospital Albert Einstein-São Paulo, em 07 e 08 e 09 e 10 de fevereiro de 2017.

Central Estadual de Regulação do SAMU: realizado estudo de demanda, com base numa sequência de 12 (doze) meses (entre setembro/2015 e agosto/2016), analisando o número de chamados regulados a cada hora, por dia, nos 365 dias do ano. A finalidade do estudo foi verificar a capacidade instalada, em número de médicos reguladores, frente a demanda apresentada.

Como resultado desse estudo, foram apresentadas sugestões de reorganização dos turnos de plantão, com alteração do modelo de escala utilizado. As modificações estão sendo gradualmente implementadas e os resultados sendo avaliados. Atualmente (final do 1º quadrimestre 2017), a Central Estadual de Regulação do SAMU dispõe de 30 médicos reguladores e 1 médico regulador-coordenador.

No primeiro quadrimestre de 2017 foram reabilitados pelo Ministério da Saúde o Hospital Bruno Born, município de Lajeado, Macrorregião de Saúde Vales, e Hospital Vida e Saúde, município de Santa Rosa, Macrorregião de Saúde Missioneira, como Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), com serviço de radioterapia e hematologia, atendendo aos requisitos da Portaria SAS/MS nº 140/2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia no âmbito do SUS.

Neste mesmo período, o Hospital Geral de Caxias do Sul, Macrorregião de Saúde Serra, recebeu o certificado de Acreditação Hospitalar no nível 3, ou de excelência em gestão, concedido pela Organização Nacional de Acreditação (ONA). O Hospital Geral é o único hospital da região que atende exclusivamente pelo SUS, sendo referência para 49 municípios.

A Escola de Saúde Pública certificou no primeiro quadrimestre de 2017 um total de 918\* alunos e trabalhadores da saúde em cursos, atualizações, qualificações, encontros, fóruns, debates, oficinas, seminários, entre outros. As capacitações e eventos ocorrem em parcerias com os diversos Departamentos da SES/RS e com os Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva (NURESC), que estão descentralizados nas 19 Coordenadorias Regionais de Saúde.

Residência Integrada em Saúde (RIS): no primeiro quadrimestre de 2017 foram matriculados na Residência Multiprofissional para o 1º ano de Residência (R1) 62 alunos, nas seguintes ênfases: Atenção Básica - 35 alunos, Dermatologia - 04 alunos, Saúde Mental - 12 alunos e Vigilância em Saúde - 11 alunos. Já na Residência Médica foram 12 médicos, nas Ênfases: Dermatologia - 02 alunos, Medicina de Família e Comunidade - 01 aluno, Psiquiatria - 08 alunos e Psiquiatria Infância e Adolescência (R4) - 01. No total foram matriculados 73 residentes de 1º ano e 01 de 4º ano. Todos os residentes (R1, R2, R3 e R4) são custeados com recursos de bolsa de estudos do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul. A média mensal do valor pago durante o quadrimestre foi de R\$ 723.214,55, totalizando nos meses de janeiro a abril R\$ 2.892.858,20.

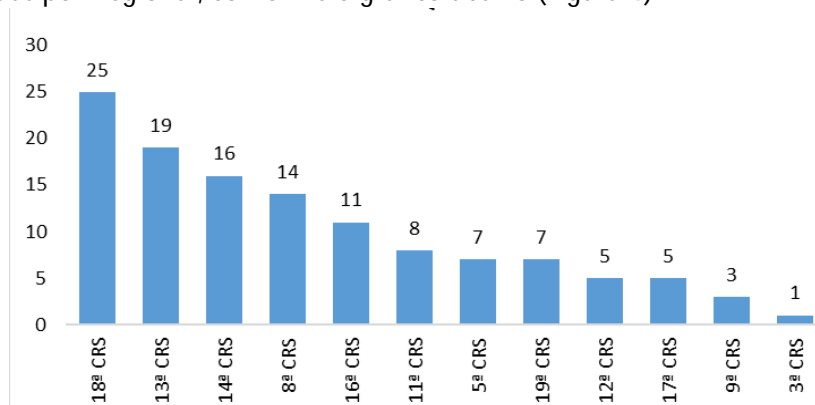
Na Escola Técnica do Sul (ETSUS), os seguintes Cursos de Educação Profissional estão em andamento: Curso de Qualificação em Imunizações: 01 turma em Porto Alegre, início 24 de março (102 alunos inscritos); Técnico em Saúde Bucal: 01 turma em Cachoeira do Sul - 8ª CRS (40 alunos), início 25 de março; Técnico em Vigilância em Saúde: 01 turma em Cachoeira do Sul - 8ª CRS (40 alunos), início 25 de março; e, Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde: 01 turma em Frederico Westphalen - 19ª CRS (35 alunos), início em 10 de março.

Quanto a Coordenação de Auditoria Médica do Estado do Rio Grande do Sul (CAME/RS), salienta-se que foi concluído o 1º Relatório de Auditoria de Gestão no SISAUD/SUS (Sistema de Auditoria do SUS), referente ao Relatório Anual de Gestão (RAG) do estado do Rio Grande do Sul de 2014. As Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM), a partir da Complementação 02/2017 tornaram a integrar os "Critérios de Bloqueios", passando a ser bloqueadas para fins de auditoria e liberadas mediante o resultado, dentro do prazo legal. Apenas as Coordenadorias Regionais 8ª, 10ª, 13ª e 15ª, em razão da falta de auditores, permanecerão com o sistema inalterado, ou seja, com pagamento prévio das OPM's e Cirurgias Múltiplas e Sequencias.

---

\* Neste número estão os certificados emitidos pela ESP no período de janeiro a abril de 2017. Algumas destas capacitações foram realizadas em 2016, mas ainda não haviam sido certificadas e contabilizadas pela ESP. A certificação pela ESP só ocorre após a entrega de relatórios e projetos.

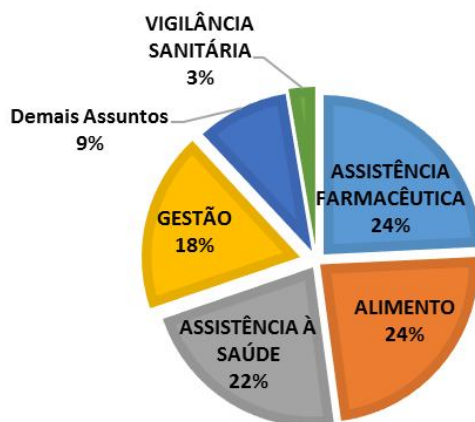
A Ouvidoria do SUS-SES/RS, no 1º Quadrimestre de 2017, registrou 1.531 manifestações, sendo 1.410 com origem na SES/RS e 121 com origem nas Ouvidorias Regionais. As 121 manifestações registradas neste período, com origem nas Ouvidorias Regionais do SUS-SES/RS, estão distribuídas por Regional, conforme o gráfico abaixo (Figura 4).



**Figura 4.** Demandas da Ouvidoria/SES/RS com origem nas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), 1º Quadrimestre de 2017. Fonte: Banco de Dados OuvidorSUS gerado em 08/05/2017

As demandas foram registradas, 30% (452) em janeiro; 20% (313) em fevereiro; 32% (492) em março; e 18% (274) em abril. Quanto ao meio de atendimento ao cidadão, 83% (1264) foram por telefone, 11% (162) por internet, e 7% (103) presencialmente. Foram classificadas como “Reclamação”, 59% (904) das manifestações; “Solicitação”, 29% (451); “Denúncia”, 8% (120); “Informação”, 3% (48); e “Elogio” e “Sugestão”, 0,5% (8).

Do total de demandas registradas, 44% (675) encontram-se encerradas (fechadas ou arquivadas) e 56% (856) pendentes (encaminhadas, em análise ou concluídas), observando-se que dentre as demandas pendentes, 26% (225) já encontram-se “concluídas” (Dados extraídos do Banco de dados da Ouvidoria/SES/RS em 08/05/2017).



**Figura 5.** Demandas da Ouvidoria/SES/RS, por assunto, 1º Quadrimestre de 2017. Fonte: Banco de Dados OuvidorSUS gerado em 08/05/2017.

Em relação aos principais assuntos, 24% (371) estiveram relacionadas à Assistência Farmacêutica; 24% (362) Alimento; 22% (335) Assistência à Saúde; 18% (281) Gestão; 3% (40) Vigilância Sanitária; e 9% (142) distribuídos em outros assuntos (Figura 5).

Em Assistência Farmacêutica, destaca-se que 55% (205) representaram medicamentos do Componente Especializado; 28% (105) relacionadas às reclamações de “avaliação técnica” dos processos; e 9% (33) medicamentos Não Padronizados. No assunto “Alimento”, 52% (189)

referem-se às solicitações de leites (formulas nutricionais infantis); e 48% (173) às dietas enterais. Em Assistência à Saúde, 51% (170) foram solicitações de “Consulta”, destacando-se as especialidades de: 1º Ortopedia e Traumatologia, 2º Oftalmologia, 3º Oncologia, 4º Ginecologia e Obstetrícia e 5º Reumatologia; e 32% (106) “Cirurgia” nas especialidades de 1º Ortopedia, 2º Oftalmologia, 3º Bariátrica, Geral e Urológica (empatadas); 4º Vascular e Otorrinolaringologia; 5º Oncologia; e, 18% (59) Diagnósticos (exames). Em Gestão, predominam reclamações e denúncias, sendo 52% (147) relacionados a Estabelecimentos de Saúde; 41% (114) Recursos Humanos, e 7% (20) demais assuntos. Ressalta-se a insatisfação com recursos humanos; dificuldades de acesso; e rotinas de estabelecimentos. Dentre os estabelecimentos destacam-se primeiramente os Postos de Saúde, seguido de Hospitais.

Em 16/02/2017 a SES/RS em parceria com Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande Do Sul (COSEMS/RS), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) realizou o acolhimento a novos gestores municipais. Houve a participação de mais de 400 gestores dos municípios e nessa oportunidade foram discutidos inúmeros tópicos relacionados à gestão do SUS, com o objetivo de instrumentalizar a gestão municipal; haja vista que 80% dos secretários municipais de saúde assumiram as secretarias de saúde pela primeira vez.

Por fim, foi coordenado pela Assteplan o processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores referentes ao período 2017-2021, conforme Resolução CIB nº 031 de 10/03/2017. Este processo contou com o apoio dos diversos setores da SES e juntamente com o DGTI foi criado um painel público da Pactuação, disponibilizado no BI Gestão Municipal, que contempla a apuração dos indicadores por município, facilitando todo o processo de pactuação municipal.

Ainda neste primeiro quadrimestre foi apresentada em 06/04/2017 a Programação Anual de Saúde 2017 ao CES/RS, que encontra-se em análise pelo CES/RS. Além disso, foi realizada em 26/04/2017 a II Reunião de Trabalho com os representantes do planejamento das CRS, a fim de discutir a metodologia para a construção dos Planos Municipais de Saúde. Nesta ocasião, foram abordadas questões como as Conferências Municipais e Temáticas de Saúde, o Painel de Indicadores do BI Municipal para facilitar a apuração dos dados para Análise Situacional, a necessidade de consonância entre os diversos instrumentos de gestão (tantos orçamentários quanto os do SUS) e a Programação Anual de Saúde.